

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**VANIA DOS SANTOS DA SILVA**

**DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA NO QUE  
TANGE A IDENTIDADE QUILOMBOLA EM PRESIDENTE KENNEDY-ES**

**SÃO MATEUS-ES  
2020**

VANIA DOS SANTOS DA SILVA

DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA NO QUE  
TANGE A IDENTIDADE QUILOMBOLA EM PRESIDENTE KENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

SÃO MATEUS-ES  
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S586d

Silva, Vania dos Santos da.

Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy - ES /Vania dos Santos daSilva– São Mateus - ES, 2020.

83f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Comunidade quilombola. 2. Educação. 3. Presidente Kennedy - ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 372.89

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

**VANIA DOS SANTOS DA SILVA**

**DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA  
NO QUE TANGE A IDENTIDADE QUILOMBOLA EM  
PRESIDENTE KENNEDY/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 27 de março de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



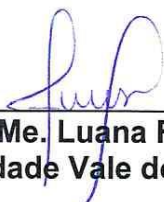
---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientador**



---

**Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Profa. Me. Luana Frigulha Guisso**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Profa. Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

## DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a minha família, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Renunciaram muitos sonhos pessoais para que pudesse realizar o meu. Em especial, a minha filha, que tão pequenina entendeu a necessidade de não poder estar com ela, quando tudo que queria era brincar comigo. Filha, esta conquista também é sua!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois somente a Ele toda honra e glória, e só cheguei até aqui porque Ele permitiu.

Aos meus pais, Edio e Valdecy, e à minha avó Edna Maria, por serem a minha base, por todas as lições de vida e de superação, para oferecer uma vida digna aos seus, ensinando-me com carinho e dedicação que podemos chegar onde quisermos, apesar de todas privações. Sinto-me privilegiada por ter pais e uma avó tão especiais.

Aos meus irmãos, Leonardo e Valdinéia, que cuidam de mim com tanto afeto e companheirismo.

Ao meu esposo, Samuel, que renunciou tantos sonhos, para que eu pudesse sonhar os meus, estando sempre ao meu lado. Amo vocês!

À minha filha, Gabriely, que amo muito, nunca deixe ninguém dizer até onde você pode ir... você pode ser o que quiser.

Às minhas amigas, pelo companheirismo e orações. Vocês moram no meu coração. Aos colegas do mestrado, por todas as noites e os sábados em que estivemos juntos, por colaborarem para o meu crescimento, e pelos incentivos e experiências divididas.

Ao professor Sebastião Franco, pela orientação, competência e dedicação, o qual doou o seu tempo e compartilhou experiência, minha eterna admiração. Obrigada pelo constante incentivo, principalmente por acreditar em mim.

Aos membros da banca examinadora, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar nesta dissertação.

A toda a equipe da Faculdade Vale do Cricaré, por ser sempre tão solícita, em especial à pessoa de Luzinete, pelo carinho no trato com as pessoas.

À minha comunidade, essa conquista é nossa.

A vocês minha homenagem, carinho e eterna gratidão.

**OBRIGADA!**

A educação é a arma mais poderosa para  
mudar o mundo.

Nelson Mandela

## RESUMO

DA SILVA, VANIA DOS SANTOS. **Diagnóstico of the difficulties of teaching history in terms of identity quilombola de Presidente Kennedy-ES.** 2020. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

Esta pesquisa tem como referência as comunidades quilombolas de Presidente Kennedy e busca responder se as experiências que os alunos das escolas quilombolas vivenciaram lhes possibilitam ter noção de pertencimento a uma comunidade remanescente. O objetivo deste trabalho é compreender como os professores de escolas das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy trabalham os conteúdos escolares considerando o meio em que o educando está inserido e ainda compreender como os professores trabalham os conteúdos da disciplina História em busca da valorização da história local. A pesquisa tem natureza qualitativa, cujo instrumento é a entrevista semiestruturada, tendo por universo alunos e professores das escolas das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy. Diante do resultado, observou-se que os professores, ao serem convocados, não sabiam que as escolas ficavam em comunidades quilombolas, os quais geralmente só fazem referência ao negro quilombola em novembro. Assim, do ponto de vista dos alunos, o ensino da história local precisa ser intensificado, sobretudo no que concerne às comunidades quilombolas.

**Palavras chave:** Comunidade quilombola. Educação. Presidente Kennedy.



## ABSTRACT

DA SILVA, VANIA DOS SANTOS. **Diagnosis of teaching in schools quilombola's city Presidente Kennedy-ES.** 2020. 83 f. Master (Dissertation) – Vale do Cricare College, 2020.

This research is based on the quilombola communities in the city of Presidente Kennedy and seeks to answer whether the experiences that quilombola school students have experienced enable them to have a sense of belonging to a remaining community. The objective of this work is to understand how the teachers work the school contents considering the environment in which the student is inserted and also understand how they work on the contents of the discipline History in search of the appreciation of the local history. The research has a qualitative perspective and is conducted by semi-structured interviews with students and teachers from schools in the quilombola communities of Presidente Kennedy. Thus, as a result, it was observed that the teachers, when summoned, did not know that the schools were in quilombola communities, since they generally refer to black quilombola only in November. From the students' point of view, the teaching of local history needs to be intensified.

**Keywords:** Quilombola community. Education. City of Presidente Kennedy.

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONAE	Conferência Nacional da Educação
EPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUDCR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 COMUNIDADE QUILOMBOLA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1 CONCEITUANDO QUILOMBO E QUILOMBOLAS .....	16
2.2 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: SUA GÊNESE E HISTÓRIA .....	18
2.3 A ORIGEM DOS QUILOMBOS NO BRASIL .....	27
2.4 QUILOMBOS: COTIDIANO E AÇÃO DO ESTADO PARA COMBATÊ-LOS .....	31
2.5 A CONSTITUIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS .....	34
<b>2.5.1 Definindo o conceito</b> .....	<b>34</b>
<b>2.5.2 As políticas públicas para as comunidades quilombolas</b> .....	<b>37</b>
<b>2.5.3 O viver nas comunidades quilombolas no Brasil de hoje</b> .....	<b>39</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>43</b>
<b>4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PRESIDENTE KENNEDY: HISTÓRIA E ATUALIDADE</b> .....	<b>47</b>
4.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO SOBRE AFRODESCENDÊNCIA.....	51
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS</b> .....	<b>55</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>79</b>
<b>APÊNDICE C – PROPOSTA</b> .....	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por tema de estudo “Diagnóstico do ensino nas escolas quilombolas de Presidente Kennedy - ES”, as quais estão localizadas no município de Presidente Kennedy, no litoral do Espírito Santo. São comunidades rurais a dois quilômetros da Rodovia ES-462, no sentido Presidente Kennedy–Marataízes–Rio de Janeiro. Constituída de 97% de população negra, a comunidade foi reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares em 23 de agosto de 2005.

Quilombolas são comunidades tradicionais que, ao fugirem dos senhores de escravos, procuravam a liberdade em áreas distantes e de difícil acesso, para se protegerem de possíveis perigos, formando, desse modo, os espaços de convivência coletiva. Com o tempo dessas fugas, foram formando novas comunidades mesmo após a extinção da escravatura.

De aspecto complementar, Arruti (1997, p. 22) explica a complexidade e a riqueza contidas no termo “remanescentes”:

Ao serem identificados como ‘remanescentes’, aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos atavismos próprios do mundo rural [...] passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra.

O trabalho busca apresentar como funcionam as escolas das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy no Espírito Santo, verificando se o processo educacional delas contribui para que os escolares se reconheçam como quilombolas.

Para que os moradores dessas comunidades se reconheçam quilombolas, é preciso que eles valorizem e preservem a sua memória, tal qual nos preceitua Le Goff (1994, p. 423), ao afirmar que a compreensão do conceito de memória é crucial no sentido de que,

[...] como propriedade de conservar certas informações, a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Por intermédio da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, no Brasil se estabeleceu que quilombolas fossem reconhecidos como cidadãos, garantindo-lhes direitos sociais, como acesso à saúde, educação, entre outros. No que concerne à educação, estabeleceu-se que deveriam existir escolas próprias em todas as comunidades quilombolas.

Entretanto, tem-se verificado que, embora a Constituição brasileira de 1988 tivesse garantido direitos à cidadania dos remanescentes quilombolas, buscando dar-lhes visibilidade, não se pode dizer que, a partir de então, as comunidades quilombolas tenham conquistado plenamente a cidadania.

Desse modo, pretendemos, com nossa pesquisa, vislumbrar como vivem as comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, buscando verificar como esses remanescentes se identificam como quilombolas e de que forma a escola local tem contribuído para o resgate dessa identificação e, conseqüentemente, da luta em busca da cidadania plena.

As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012, e, nesse sentido, a educação é de fundamental importância, permitindo que os sujeitos conheçam suas raízes e a educação priorize a identidade dos alunos e ofereça uma educação de qualidade, investindo os recursos a eles destinados, desenvolvendo projetos que possam granjear investimentos para melhorar a educação de comunidades remanescentes. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, defende no art. 8º, inciso VII: “VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas”.

Assim, o educando deve ter acesso a uma educação que considere sua cultura e atenda aos requisitos de qualidade educacionais, contemplando ainda a diversidade regional em que cada comunidade está inserida, além da realidade social, histórica, política, econômica e cultural desse povo.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende obter respostas ao seguinte problema: Quais experiências são evidenciadas pelos alunos das escolas quilombolas para que eles tenham noção de pertencimento a uma comunidade remanescente? Como objetivo geral, pretende-se diagnosticar o ensino disponibilizado aos alunos nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES, verificando se ele possibilita aos escolares ter a noção de pertencimento como

remanescentes de comunidade quilombola. Como objetivos específicos, buscamos: situar o que é comunidade quilombola, como também a escravidão no Espírito Santo; verificar como os professores trabalham com os conteúdos da disciplina História na busca da valorização da história local; buscar formas que contribuam para os alunos preservarem a história de suas comunidades; verificar quais conteúdos são trabalhados na escola, de forma que contemplem a preservação da cultura quilombola.

A necessidade de discutir esse tema justifica-se pela urgência de pôr em pauta o tema relativo à preservação e valorização da cultura quilombola como parte integrante do currículo escolar, à importância de trabalhar a história local para a autoafirmação e preservação da cultura quilombola e, assim, fazer com que a história dessas comunidades seja repassada de geração em geração, como também seus costumes e cultura, enfocando que a cultura não fica estagnada, pois o sentimento de pertença, a história e a luta por direitos não podem ficar esquecidos.

Outro vetor impulsionador para este trabalho consiste na nossa vivência como descendente de quilombola e moradora de uma das comunidades. Atualmente atuando como professora dessas comunidades, percebo como faltam instrumentos didáticos para que nós professores trabalhemos e valorizemos a história dos nossos antepassados.

A metodologia empregada na pesquisa é de natureza qualitativa, por permitir, conforme afirmam Ludke e André (1986, p. 12), uma riqueza de “[...] descrições de pessoas, situações, acontecimentos [...]”, em que se verifica *in loco* estudar os fenômenos onde eles ocorrem.

Ainda no domínio da metodologia, utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada, no intuito de conhecer as experiências vivenciadas pelos alunos e professores, ao trabalharem a disciplina História, e a maneira como os conteúdos trabalhados possibilitam, ou não, uma valorização da cultura quilombola e, conseqüentemente, a preservação dessa identidade.

Para explanar sobre o tema, o trabalho foi estruturado em capítulos. Após a apresentação da introdução, no capítulo 2, procedemos à discussão teórica sobre as comunidades quilombolas no Brasil, quando caracterizamos essas comunidades e, em especial, as de Presidente Kennedy; além disso, trabalhamos o conceito de memória e de resgate da cultura quilombola, verificando de que forma a Constituição de 1988 contribuiu para a valorização do ser quilombola; no 3, discutimos a

metodologia, os instrumentos a serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, definindo o universo dos pesquisados; nos capítulos 4 e 5, abordamos e analisamos os dados da pesquisa; antes dessa discussão, caracterizamos as comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, tratamos ainda as lutas e conquistas que marcaram a trajetória da garantia dos direitos aos cidadãos quilombolas; ademais, discutimos a legislação brasileira referente à valorização dos conteúdos afrodescendentes, o que preceitua o PCN sobre a cultura afro-brasileira; finalizando, apresentamos as considerações finais.

## 2 COMUNIDADE QUILOMBOLA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

### 2.1 CONCEITUANDO QUILOMBO E QUILOMBOLAS

A história da escravidão demonstra que luta e organização, marcadas por ação de coragem, assinalaram o que concordou chamar de “resistência negra”. As formas mudavam de submissão, condições de trabalho, revoltas de organizações religiosas, fugas até os chamados mocambos ou quilombos. Assim, os negros, muitas vezes, opunham-se à estrutura escravocrata, buscando outra forma de vida, por meio de fugas e de constituição de quilombos.

Muitos escravos negros não aceitavam os maus-tratos impingidos por seus senhores e resistiam à escravidão, às vezes, por meio de fugas, o que acabou dando início aos quilombos brasileiros ainda no período colonial. O quilombo era conceituado como negros fugidos que não precisavam de nada para se situarem e analisavam apenas a relação de identidade entre si. No entanto, Munanga e Gomes (2006, p. 71) dizem que “[...] a palavra quilombo é originária da língua banto umbundu [...]”, referindo-se “[...] um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central”. Esses autores percebem relações entre os quilombos africano e brasileiro, caracterizando os quilombos brasileiros como inspiração africana.

Assim, no período colonial, ainda se via o quilombo como um bando, mesmo que fosse constituído de um pequeno número de escravos negros fugidos. Não era necessária nenhuma organização para se manter naquele território. A vinculação identitária com o território, atualmente elemento relevante para o quilombola, não era relevante para o conceito de quilombo da época.

Os quilombos eram os espaços de resistência dos negros e o desejo de liberdade, onde estes alcançavam viver livres, mantendo e retomando seus costumes, valores e modos de vida, oriundos de sua cultura, e mostrando a resistência negra no Brasil.

Assim, em 1740, o Conselho Ultramarino<sup>1</sup> delineou quilombo como “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte despovoada, ainda que

---

<sup>1</sup> O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado pelo Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade, que fossem relativos à Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as demais artes ultramarinas. (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DE TOMBOS, [s.d]).



não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (ALMEIDA, 2002, p. 47).

Com isso, o termo quilombo volta ao panorama nacional, não como algo do passado que fica na lembrança, mas como uma reivindicação, principalmente, por direitos que, de acordo com a história, lhe foram negados. O quilombo faz surgir um novo panorama no domínio da política nacional.

A escravidão estabelecida, no Brasil tão logo se iniciou a colonização, foi marcada pela violência, em razão da qual muitos escravos preferiram fugir a viver sob o regime do terror. Desse modo, as fugas de escravos foram tornando-se uma realidade: inicialmente os escravos fugiam em pequenos números em busca de um lugar isolado para viver e, quando se adaptavam a lugares geralmente isolados, abriam caminhos para acolher outros negros. Esses refúgios em geral se constituíam em locais de difícil acesso, como uma forma de impedir a captura dos negros fugidos, o que explica atualmente a localização de algumas comunidades quilombolas em áreas de difícil acesso e isolada.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, assim define povos e comunidades quilombolas tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Desse modo, o decreto faz referência à relação de sustentabilidade e à forma pela qual o indivíduo se relaciona com a terra e os recursos, por meio dos quais o conhecimento é transmitido, continuando com as tradições da comunidade. No entanto, as comunidades estão em constante desenvolvimento.

Assim, o termo quilombola é comum para se referir à situação das comunidades negras em diversas regiões e situação no Brasil, fazendo referência a terras que provieram da compra por negros libertos, do monopólio por ex-escravos de terras consentidas pelos proprietários em épocas de crise econômica. Os quilombos foram apenas um dos acontecimentos que contribuíram para a constituição de terras compartilhadas entre os seus moradores.

Segundo Almeida (2002, p. 68),

[...] para que se verifique se certa comunidade é de fato quilombola, é preciso que se analise a construção social inerente àquele grupo, de que forma os agentes sociais se percebem, de que forma almejavam a construção da categoria a que julgam pertencer. Tal construção é mais eficiente e compatível com a realidade das comunidades quilombolas do que a simples imposição de critério temporais ou outros que remontem ao conceito colonial de quilombo.

Comunidades quilombolas podem ser conceituadas ainda como grupos étnicos que, em sua maior parte, são constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autointitulam ante as relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias (BARRETO, 2019).

Concordando com as pesquisadoras Osório, Bravin e Santana (1999, p. 23), a classificação e agrupamento dos negros no Espírito Santo foram determinados

[...] pela vida econômica da região. Assim, até o fim do século XVIII, em função do cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, e com a criação de gado e a pesca, principalmente, essa população se localizou nas regiões Norte, nos atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares; Central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e Sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataizes e Presidente Kennedy.

É indispensável ter em mente que não é possível situar o gênero quilombola como alguma coisa invariável e com características semelhantes em todo o território nacional. Existem um vínculo histórico-social ligado ao passado escravista, um conceito preestabelecido de afrodescendência e a preservação de um modo de vida tradicional, ainda que este não se tenha conservado estático ao longo dos tempos.

Atualmente existem várias comunidades quilombolas no Brasil, estabelecidas por fortes laços de parentesco e herança familiar, como é o caso das comunidades onde desenvolvi meu estudo e predominam os sobrenomes Neves, Santos, Pedro e Ribeiro, com um vasto grau de parentesco entre os habitantes. Muitos moradores recontam a memória de sua infância e as vivências de seus pais.

## 2.2 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: SUA GÊNESE E HISTÓRIA

O Brasil foi o penúltimo país a abolir a escravidão, a qual perdurou por três séculos. A escravidão no Brasil é decorrente da descoberta dos portugueses e, antes de usar a mão de obra negra, utilizou-se a indígena.

Os escravizados que vieram para as Américas eram negros trazidos de diferentes lugares do continente africano. Os negros que foram traficados como escravos tinham características próprias, observadas pelos aspectos físicos, religiosos, pelas línguas e trabalho. Podemos enfatizar que, como herança da escravidão, o Brasil tem a segunda maior população de ascendência africana do mundo. Assim, relata Souza (2008 apud FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 108):

Cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram como destino o Brasil e atualmente 65% da população negra nas Américas é constituída por brasileiros. Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554. Foram, portanto, 316 anos de escravidão, o que marca os últimos séculos da história brasileira e representa 63% do tempo desde que os portugueses aqui chegaram até os dias de hoje. Os escravos brasileiros constituíam-se, em sua maioria, por negros africanos e, ainda que existissem índios, estes eram escassos nos trabalhos mais pesados. Os anos de escravidão refletiram, e continuam a refletir, de forma veemente na realidade socioeconômica-cultural da sociedade brasileira. Os mais de trezentos anos de práticas exploratórias colonialistas imbuíram na memória social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade.

Em razão das grandes lavouras e em busca de ganho, os mercadores compravam negros em baixo custo e os vendiam caro, os quais foram trazidos para trabalhar. Os mercantilistas aproveitavam sobras da produção para trocar por escravos, obedecendo aos princípios de hierarquia trazidos pelos colonos portugueses, e o investimento em terras tinha um significado social que superava a busca por riquezas, visando ao *status* no cenário político e social.

Concordando com Mattoso (2003, p. 19), “[...] entre 1502 e 1850, mais de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil figura como maior importador de homens negros”. E Gomes (2015, p. 8) afirma:

Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos, plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores. Trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar e conheceram índices de mortalidade altíssimos.

O tráfico e o comércio de negros oriundos da África assinalam a história do Brasil, quando foram trazidos negros reis, rainhas, artistas, guerreiros, todos

transformados em escravos. No entanto, a escravização humana aconteceu desde a Antiguidade, como afirmam Almeida e Paula (2006, p. 254):

Na história da humanidade, seria impossível determinarmos quem foi o primeiro homem a ser escravizado e quando isso aconteceu. Já na Antigüidade, a escravidão atingia proporções expressivas, povos inteiros eram subjugados graças a derrotas militares, mas havia também sociedades onde um homem se tornava legalmente propriedade de outro homem devido à impossibilidade do pagamento de dívidas financeiras contraídas. Esta última era uma prática muito difundida entre as várias civilizações localizadas à margem do mar Mediterrâneo (hebreus, mesopotâmios, fenícios).

A escravidão sempre esteve profundamente enraizada na cultura dos povos antigos.

Considerando as condições designadas aos bárbaros quando perdiam as guerras, acumulavam dívidas perdendo o direito de vida livre, sendo escravizados. No período medieval, existiam entre os bárbaros e cristãos disputas territoriais e religiosas, estimulando a manutenção das práticas escravistas herdadas da Antiguidade, e, nesse conceito, as práticas voltadas para as religiões não cristãs já eram subjugadas, demonstrando uma imposição religiosa. Nesse sentido, Almeida e Paula (2006) defendem que o caso da escravidão africana está ligado ao caso de muitos serem pagãos ou adoradores de outras divindades, sendo vistos como amaldiçoados por Deus, os quais traziam na pele as marcas da maldição, o que explicava a escravização dos negros africanos.

No Brasil colonial, o indígena chegou a ser a mais importante mão de obra utilizada. A escravidão nativa estava profundamente relacionada à oferta de grandes contingentes populacionais indígenas nas diversas partes do continente, sendo superada pela africana. Pode-se concluir que a mudança do escravo nativo pelo africano no Brasil colonial deve considerar que:

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma plantation açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria, mas na verdade sob compulsão na imensa maioria dos casos. Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra (CARDOSO, 1990, p. 89).

Outro fator relevante para a não escravização dos índios foi a oposição dos jesuítas, com isso a necessidade da mão de obra em grande escala e de baixo custo

impulsionou o tráfico de escravos oriundos da África; logo, o tráfico de escravos se tornou rentável para os portugueses.

À vista disso, não se pode ignorar que os negros escravizados eram transportados em navios e, sem condições mínimas de acomodação, muitos morriam antes de chegar ao destino. Ao desembarcarem, eram misturados escravos de regiões diferentes da África, para dificultar o diálogo entre eles.

A escravidão no Brasil nada teve de benigna, democrática ou cristã. Milhões de pessoas foram transportados, à força, das suas terras de origem no continente africano, colocados em tumbeiras e levados depois a mercados, para serem vendidos como mercadorias. Depois eram conduzidos para trabalharem nos engenhos do Nordeste, nas lavras de Minas Gerais, nos algodoais do Maranhão e nas fazendas do Estado do Rio e de São Paulo (ABREU, 2002, p. 75).

Um dos motivos que incentivaram o comércio de negros no Brasil foi a agricultura, com relevância para o cultivo da cana-de-açúcar entre os séculos XVI e XIX e também para a descoberta de ouro no século XVIII, em Minas Gerais, o que contribuiu com tráfico de escravos. Os escravos também desenvolveram outras atividades, como as artesanais, domésticas, tornando-se indispensáveis à sociedade da época. Considerando, ainda, que ter escravos era sinal de *status*, alguns fazendeiros que tinham os escravos domésticos os tratavam com estima, mantendo-os dentro de suas casas.

A escravidão negra do Brasil tomou impulso no século XVII no período áureo da indústria açucareira, tendo em vista o consumo do açúcar no mundo, e devido a pequena produção das ilhas portuguesas do atlântico, estimularam a produção do Brasil, e a mão de obra empregada nessa extraordinária indústria era a do escravo africano, visto que o índio era indomável e não se acostumava com a vida sedentária dos engenhos, e por este motivo a coroa portuguesa facilitou a entrada do negro (PRADO, 2002, p. 64).

Os escravos foram coisificados, não eram vistos como ser humano, mas como um animal, sem direitos, viviam amontoados em senzalas, obrigados a cumprir com as atividades definidas, e eram punidos por qualquer motivo. Mesmo assim, os negros tentavam mostrar rejeição ao sistema impositivo, rebelando-se, com atitudes diversas, contra as imposições dos seus senhores.

Concordamos com Reis e Gomes (1996, p. 9), ao afirmarem:

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão - e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. A fuga nem sempre levava à formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres.

Segundo os autores supracitados, independentemente das formas de resistência, elas estavam presentes na vida dos negros que procuravam sair das condições em que estavam sendo obrigados a viver. Os escravos que se arriscavam a fugir ficavam escondidos na mata, até conseguirem encontrar algum quilombo estabelecido para ser acolhido; no entanto, se fossem capturados, eram presos ao tronco, chicoteados e posteriormente obrigados a cavar a própria sepultura. Assim, o sistema escravocrata deve ser percebido como compulsório e hierárquico, violento e opressivo, presente em diferentes sociedades.

Segundo Merlo (2008), com o fim do abastecimento “legal” de escravos, a reposição dessa mão de obra estava comprometida, ocasionando o aumento no valor dos escravos. Nas províncias do Sul, Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, São Paulo e região oeste, a expansão do café exigia dos senhores maior quantidade de trabalhadores. Prontamente, o tráfico inter-regional de escravos transformou-se em um grande negócio, tanto para quem vendia – pequenos proprietários em decadência – quanto para quem comprava – donos de grandes faixas de terras e escravarias –, que precisavam de mais trabalhadores para aumentar a produção. A autora afirma:

As terras sempre estiveram disponíveis para as oligarquias e, depois da chegada da Família Real no Brasil, D. João VI garantiu que as sesmarias fossem fartamente distribuídas entre os que apoiavam a Corte. Mas, na metade do século XIX, com a proibição do tráfico de escravos e com a necessidade emergente de se promover a imigração internacional, a questão da terra assumiu nova dimensão. A lei de terras, a abolição gradual da escravidão e a imigração internacional são faces de um mesmo processo: a transição para o trabalho livre no Brasil, com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente as ligadas ao café. [...] As migrações forçadas de escravos através do tráfico interno tinham como destino, na maioria dos casos, as fazendas de café do Sudeste, onde eles passaram a ser tratados como verdadeiros estrangeiros (MERLO, 2008, p. 73-74).

Ao ressaltar que, devido ao plantio da cana-de-açúcar, logo os escravos chegaram ao Espírito Santo. Uma das 15 primeiras Capitanias Hereditárias do Brasil iniciou seu processo de colonização em 1535, porém alguns historiadores defendem que é difícil definir a origem dos escravos capixabas devido ao contrabando e ao comércio interno, conforme relata Maciel:

Também é necessário destacar que os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos. Além disso, eles afirmam que é quase impossível, nos dias atuais, apontar com absoluta certeza a origem dos negros capixabas. [...] Conclui-se então que, assim como ocorre no Brasil em geral, na Capitania do Espírito Santo também é difícil definir com precisão a origem da população africana. Tal origem é definida primeiro conforme documentação deixada pelo tráfico, que omite a precisão dessa origem; segundo pelo que ficou registrado das falas populares, e terceiro pela declaração de estudiosos consagrados, mas que também podem ter cometido alguns enganos em face das dificuldades apresentadas pela documentação (MACIEL, 2016, p. 64).

No entanto, alguns escravos eram oriundos da África e outros de outras regiões do Brasil, considerando que, por volta de 1550, já havia negros escravos no Espírito Santo, mas a exportação oficial iniciou em 1561. Assim afirma Cleber Maciel:

Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Embora, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só tenha ocorrido após 1561 (MACIEL, 2016, p. 54).

A maior parte da população escrava concentrava-se no norte litorâneo (São Mateus), no sul (Cachoeiro de Itapemirim) e na região central (Vitória), sendo as três áreas econômicas responsáveis pela base da vida capixaba. Eram pontos importantes para o recebimento e distribuição de escravos e, mesmo após o término do tráfico de escravos, recebiam contrabandos de escravos.

O início do século XIX foi marcado pelo aumento das fazendas de café das regiões central e sul, ampliando a exploração do trabalho escravo. Maciel afirma:

Inclusive, no início do cultivo comercial do café na região de Vitória, foi realizado um censo provincial, que registrou, em 1843, a existência de 4.850 escravos na região, representando 32% da população. Enquanto isso, a população livre ficou estável, em aproximadamente 10 mil, mas o número de escravos declinou, talvez por causa do início do povoamento da região do Itapemirim, com a abertura de fazendas de café e transferências de muitos escravos para elas. Além disso, seguramente, houve aumentos nos

preços desses escravos. Em 1859, uma pesquisa sobre a situação da agricultura realizada pelo então presidente de Província denunciava 'um certo vácuo produzido pelo fim do tráfico. Isto é, os lavradores apontam a falta de braços como um de seus principais problemas, ao lado dos transportes e da falta de capitais'. Porém, o presidente ressaltava que os maiores proprietários ainda possuíam bom número de escravos. Na Serra, o trabalho era todo escravo. Em Vitória, o trabalho não era todo escravo por causa das características de urbanidade, comércio, administração, artesanato e a presença de pequenos cultivadores. Ademais, parece que na medida em que aumentava o preço dos escravos, a maioria deles ia sendo concentrada nas regiões de grandes propriedades, principalmente no sul. Entretanto, há fortes indícios de que a população negra livre espalhava-se [sic] por todas as regiões de terras devolutas, sem estabelecer posses individuais, porque exploravam a terra de forma coletiva e sem objetivos mercantis. Parece também que muitos foram se estabelecer em pontos pesqueiros do litoral, o que significa que grande parte dessa população negra e índia ficava fora dos levantamentos censitários da época. Não se pode negar que os negros e os índios eram em número maior do que aquele que os documentos diziam (MACIEL, 2016, p. 76-77).

Destaca Almada (1984) que a produção de café revigorou e expandiu a instituição escravista, garantindo o papel de pilar da economia capixaba até 1888 e foi a responsável pelo desenvolvimento populacional da província, que, no período de 1856 a 1872, praticamente viu duplicadas suas populações livre e escrava.

Os negros continuaram a desembarcar clandestinamente nos litorais capixabas, mesmo após a lei Euzébio de Queirós, promulgada em 1850, que dava fim ao tráfico internacional de escravos. Sem ser cumprida, os navios negreiros continuavam o contrabando de escravos, mesmo com vigilância, que, muitas vezes, era conivente com o tráfico.

Segundo Nunes (2019), em 1843, a Cidade de Vitória concentrava 31,8% da população escrava de toda a província, e, em 1856, notou-se uma alteração pouco maior de 1% entre Vitória (26,7%) e Itapemirim (28,5%), que se destacava no cenário provincial. Em 1872, o município de Itapemirim obteve a marca de 45,7% de escravos, enquanto Vitória seguia com 24%, atingindo, nos anos seguintes, respectivamente, 55,2% em 1875 e 57% em 1876.

O Espírito Santo era, durante o período escravista, uma província agrícola e amparada na força de trabalho dos escravos. Destaca-se que os negros exerceram todos os tipos de trabalhos rurais e urbanos existentes. Muitas atividades exigiam inteligência, iniciativa e conhecimentos técnicos, e todas as atividades produtivas eram desenvolvidas pelos negros, e os escravos tinham uma vida regada pelos seus donos ou capataz, com algumas exceções aos sábados e domingos, que eram destinados a cuidados e afazeres próprios.



Era comum os senhores procurarem desenvolver certo paternalismo no tratamento de seus trabalhadores escravos ou livres, pois isso lhes asseguravam, às vezes, a fidelidade e o apoio do trabalhador, evitando fugas e suavizando as relações entre senhores e escravizados. Houve casos de senhores que não reprimiam as manifestações culturais negras e até mesmo gostavam de vê-las, divertindo-se com elas. Nesse quadro, enquadravam-se os senhores da Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim. Entretanto essa não era a regra. A maioria dos senhores procurava economizar o máximo na alimentação de seus trabalhadores e explorar o seu trabalho, inclusive evitando dar as folgas dos dias santos e domingos, não permitindo que eles plantassem ou tivessem uma folga para cuidar de suas próprias roças. Eram grandes as dificuldades para permanecerem unidos pais e filhos de uma mesma família de escravos. Havia resistência de muitos senhores em permitir casamentos; aconteciam separações ocasionadas pela venda de membros de uma mesma família e castigos e vinganças impostas às famílias, humilhando os pais com torturas ou tirando-lhes os filhos. Apesar de tudo isso, a união entre escravos era muito mais frequente do que os historiadores têm revelado (MACIEL, 2016, p. 88-89).

Concordando com Reis e Silva (1989) em que o sistema de escravidão no Brasil era violento e cruel, entretanto esses mesmos autores dizem que existia a possibilidade de haver negociações entre escravos e senhores, sobretudo a partir de 1850, quando o preço de escravos aumentou significativamente e houve necessidade de abrandamento nas relações entre senhores e escravos, cujas negociações entre eles tenderam a ampliar-se, o que acabou possibilitando aos escravos ter uma condição de vida minorada em relação a toda a violência que se estabelecia.

O pacto paternalista entre crioulos e senhores brasileiros ameaçava ruir. Comparados aos africanos, os escravos nascidos no Brasil eram melhor tratados — tinham certos privilégios ocupacionais, podiam mais facilmente constituir família, adquirir a alforria em maior número. Além disso, eles tinham algum trânsito nos modos de ser, idéias, costumes, idioma e anseios dos homens livres da Bahia. Sentiam-se, eram brasileiros, e por isso achavam natural que pudessem se libertar junto com o país (REIS; SILVA, 1989, p. 93).

Almada relata que essa atitude dos senhores de separar as famílias muitas vezes desencadeava recusa e manifestação dos escravos solitários, uma vez que não teriam nada a perder se fossem punidos com a morte.

Escravos desenraizados, separados de suas famílias e de suas comunidades de origem pareciam ser os mais propensos a reagirem aos rigores do sistema escravista, já que teriam 'menos a perder' como consequência de seu gesto. [...] em 1876 os escravos Joaquim, Vicente e Paulo [...] mataram [seu senhor] a foçadas no caminho da fazenda [Belém]. Nos autos deste crime percebe-se [sic] também todos os requintes de

sadismo e violência que os escravos, tanto quanto os senhores, eram capazes. [...] Muitos escravos, satisfeitos sua sede de vingança, apresentavam-se espontaneamente às autoridades, apesar da certeza de serem levados ao patíbulo, já que condenados à morte, deveriam ser enforcados (ALAMADA, 1984, p. 156-157).

A produção cafeeira abriu um polo de mão de obra para a região sul, e, como aponta Almada (1984, p. 117), não houve um formidável tráfico entre as províncias. Os escravos vinham para Cachoeiro de Itapemirim acompanhando seus senhores, devido às emigrações dos senhores em busca de novas terras para a produção e abertura de novas fazendas, evidenciando, ainda, que acontecia contrabando de africanos até 1856, os quais desembarcavam nas praias do Espírito Santo.

Afirma ainda:

No centro da Província – capital e periferia – observa-se, no período de 1852 a 1873, a substituição da cultura canavieira, bem como um avanço da cultura cafeeira em direção a outras áreas. Ao sul, nos vales do Itapemirim e Itabapoama, porém o processo foi muito mais agressivo. Ali o café não somente substituiu a antiga cultura, mas atuou principalmente como um poderoso atrativo econômico no processo de ocupação das matas virgens do interior da região (ALMADA, 1984, p. 64).

Os fazendeiros eram favorecidos com a falta de fiscalização e as vistas grossas que eram feitas em relação à escravização, e a região litorânea favorecia o tráfico de negros.

[...] os interesses dos senhores – principalmente dos fazendeiros de café – eram novamente preservados, ainda que temporariamente. Por sua vez, os traficantes continuavam afoitamente suas tentativas de desembarque. As dificuldades existentes na repressão ao contrabando tinham como causa, entre outras, a própria indefinição do Governo que, mesmo depois de 1850, demonstrava ser sua intenção ‘não chegar a extremos que pudesse ferir frontalmente os grupos poderosos de fazendeiros interessados no comércio ilícito’ (ALMADA, 1984, p. 111).

No Espírito Santo, também ocorriam fugas, manifestações em busca de liberdade e, em alguns casos, os brancos apoiavam os aquilombados, como discutiremos a seguir. Porém, Reis e Silva afirmam que a fuga não era a única forma de resistência contra a escravidão, pois existia cumplicidade entre os escravos e seus senhores.

Além das fugas e insurreições, a liberdade podia ser obtida, ainda, através da criatividade, da inteligência e do azar. Alguns procuram aproveitar conjunturas favoráveis, como Bento, escravo do tenente-coronel Fernando

Martins França, que solicitou à Tesouraria Provincial do Paraná empréstimo da quantia necessária à sua alforria, comprometendo-se, em troca, a trabalhar como servente pelo tempo necessário (REIS; SILVA, 1989, p. 17).

É importante enfatizar que, mesmo a população negra que obtinha a alforria e passava a viver na qualidade de pessoas livres, não conseguia o acesso à terra. Essa supressão fortalecia o agrupamento de terras e continuava a reprimir a população “livre” ao trabalho dependente: assalariados e diaristas, agregados e lavradores de cana.

### 2.3 A ORIGEM DOS QUILOMBOS NO BRASIL

No Brasil, os quilombos – nome dado ao local a que os negros fugidos iam para posteriormente estabelecer um abrigo – originaram da resistência do negro ao sistema escravista. Eles variavam de acordo com a região, uns maiores e outros menores. Gomes (2015, p. 10) ressalta:

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com denominação de *mocambos* e depois *quilombos*. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados (grifo do autor).

Concordamos também com Nascimento (1980, p. 32), ao expressar:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo, formas associativas que se criavam em floresta de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

Percebe-se que os quilombos no Brasil tinham características culturais e organizacionais, originalmente africanos. Caracterizando a formação social e cultural do país, conclui-se que as práticas culturais da população negra no Brasil não conservaram modelos ideológicos excludentes.

Moura (1989, p. 34-35) aponta:

Havia no quilombo uma organização política. Ele não era um simples aglomerado, amorfo, sem que seus membros tivessem papéis específicos a

desempenhar. Isso não ocorria. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela.

Para esses negros, os quilombos representavam ideia de liberdade. Ao fugirem da propriedade e do domínio dos senhores, desconstruíam a ideia de força de subordinação, impossibilidade de mudanças na base do sistema. Com isso, muitos protestos marcaram a história, quando essas pessoas lutavam contra o domínio e a violência.

O quilombo mais conhecido no Brasil foi o de Zumbi dos Palmares, constituído em fins do século XVI, tendo o seu auge ao longo da segunda metade do século XVII, construído na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Esse quilombo abrigou inicialmente cerca de 40 escravos, vindos de fazendas vizinhas, e buscavam proteger-se na Serra da Barriga, região fértil, onde permaneceram por quase cem anos, sobrevivendo principalmente da agricultura.

Independente do mito, o quilombo de Palmares representou uma estrutura alternativa à sociedade colonial. Os negros viviam da agricultura. Uma agricultura, por sinal, mais avançada que a da colônia. O mundo escravocrata só conhecia a produção de açúcar. Em Palmares plantavam-se milho, mandioca, feijão, cana, legumes, batatas, frutas (BOSI, 2000, p. 74).

Nesse quilombo, habitavam escravos ou ex-escravos, pequeno número de índios, estabelecendo, assim, uma fartura de mão de obra que se mantinha por meio do cooperativismo, fatores que beneficiavam a produção de grande quantidade de alimentos.

Santana (2005, p. 54) afirma:

[...] a 'República dos Palmares' estendia-se por um território de sessenta léguas e na região encontravam-se os quilombos de: os dois de Tabocas, o de Arotirene, o de Zumbi ou Zambi, o de Dambiabanga, o de Sucupira ou Subupira, o de Macaco ou Cerca Real, o de Amaro, o de Ozenga, o de Adalaquituche e outros menores.

A ideia de quilombo no Brasil passou a ser referenciada pelo quilombo de Palmares e por Zumbi, como demonstração da luta pela liberdade. Assim, as vivências no quilombo de Palmares colaboraram para a definição de quilombos no Brasil. Conforme afirma Almeida (2002), toda a habitação de negros fugidos era considerada quilombo, mesmo que nesse local não tivesse nenhum abrigo,

considerando ainda a localização geográfica e as possibilidades oferecidas pela natureza local.

Com o passar do tempo, o quilombo de Palmares dividiu-se em vários quilombos espalhados pela Região da Mata, cada quilombo tinha um chefe que dava obediência a Zumbi. No entanto, o quilombo de Palmares não resistiu aos ataques dos senhores de escravos da capitania de Pernambuco, sendo destruído no fim do século XVIII. A destruição do quilombo de Palmares não inibiu a luta dos negros por liberdade.

Os quilombos foram espalhando-se por Minas Gerais em 1714, pelo Maranhão após 1759 e assim se disseminaram por outros estados, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia. Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, existem no Brasil aproximadamente 3.754 comunidades remanescentes de quilombos, com identificação, com maior centralização nos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Vale ressaltar que, em algumas comunidades, o processo de fundação não está relacionado à fuga da escravização, mas a doações dos senhores, compra da terra por negros libertos, posse por ser local de difícil acesso ou doações de senzalas por descendentes de escravos que permaneceram nas terras abandonadas pelos donos.

No Espírito Santo, algumas comunidades quilombolas estão relacionadas à última geração de africanos cativos trazidos para o Brasil, devido à grande demanda de mão de obra e à localização dos portos clandestinos litorâneos, o que explica as comunidades quilombolas localizadas perto do litoral. Alguns quilombos já existiam antes do fim do tráfico de escravos nessas regiões, os quais abrigaram os últimos libertos que se dirigiram para os quilombos antes e depois da abolição, em busca de abrigo e coletividade, sendo fruto também da migração de famílias libertas.

De qualquer forma, no Espírito Santo, como já observado, a primeira metade do século XIX foi fértil em fugas, rebeliões e formação de quilombos. Na medida em que decorria o tempo, novas fugas e rebeliões aconteciam, bem como outros quilombos surgiam e desapareciam, muitas vezes sem deixar vestígios e notícias superficiais. Nesses casos, incluem-se, por exemplo, documentos que abordam a organização de tropas, em 1840, para combater quilombos pelo interior da Província e também sobre a destruição de um quilombo, com 18 casas, de pretos bem armados, em 1843. Também havia informações sobre a destruição de quilombos no interior, em 1847, e a existência de mais outros, em 1850, em Cachoeiro de Itapemirim (MACIEL, 2016, p. 98).

A busca dos negros escravos por liberdade ocorreu no Espírito Santo da mesma forma como acontecia no resto do Brasil, e os números de quilombos cresciam, o que contribuía para que a administração brasileira aos poucos designasse leis que culminassem no fim da escravidão, o qual deu início às lutas por sobrevivência e direitos.

Essas comunidades hoje vivem basicamente da agricultura, que é variada, e algumas famílias que geralmente não possuem terras para o plantio trabalham para os grandes proprietários de terra e somam a renda familiar aos benefícios governamentais, lutando por garantias de direito. Na maioria das comunidades quilombolas do Espírito Santo, organizadas em associações, os indivíduos vivem com o mínimo de recursos públicos. Elas possuem escolas quase que padronizadas na maioria das comunidades quilombolas. Essas escolas são pequenas, com apenas duas salas, não têm posto de saúde, e as reuniões comunitárias geralmente acontecem nas sedes das associações.

Assim, para o reconhecimento das comunidades quilombolas, faz necessário registrar:

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2007, [s.p]).

A primeira comunidade que recebeu o título de comunidade ocupada por quilombolas foi a de Boa Vista, em 1995, no Pará. A Fundação Palmares, criada em 1988, pela Lei nº 7.668, vinculada ao Ministério da Cultura, garantiu uma valorização às manifestações culturais de matrizes africanas e abriu um leque de conquistas para a população negra, podendo ser destacado o Estatuto da Igualdade Racial<sup>2</sup>, Lei 12.288/2010, que garante à população negra a defesa de seus direitos étnicos, equidade de oportunidades e a luta pelo fim da discriminação racial. As comunidades quilombolas no Brasil estão distribuídas em todo o território nacional,

---

<sup>2</sup> A Lei nº 12.288/10 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (INSTITUTO IDENTIDADE BRASIL, [s.d], [s.p]).

variando de acordo com a região, umas localizadas nos centros urbanos outras nas áreas rurais (maioria), podendo ser constituídas por meio de fortes laços de parentesco, herança familiar ou não.

## 2.4 QUILOMBOS: COTIDIANO E AÇÃO DO ESTADO PARA COMBATÊ-LOS

A história brasileira foi relatada durante muito tempo, por meio de um olhar etnocêntrico, ou seja, vista de cima para baixo. Assim, para fazer parte da sociedade, abria-se mão de valores, símbolos, identidades e culturas. As normas jurídicas mostravam apenas o que era padrão preestabelecido. O que fugia desses padrões era reprimido, ficando às margens das sociedades. Desse modo, os quilombos são elementos importantes para a história brasileira, constituídos antes e/ou depois do fim da escravidão, representam espaços de resistência e liberdade. Como é vastamente conhecido, o ato legal de abolição da escravidão definitiva no Brasil se fez por uma lei assinada pela princesa regente, que meramente declarava abolida a escravidão no Brasil e revogava as disposições em contrário, em 13 de maio de 1888 (Lei Áurea).

Os quilombos eram estabelecidos em locais de difícil acesso, porém os quilombolas não viviam isolados, pois mantinham atividades econômicas com indivíduos escravos e livres. Dessa maneira, as comunicações entre os quilombolas e os cativos aconteciam para que se dificultassem a captura dos fugidos e facilitassem as fugas. “Nas regiões de Minas Gerais se falava abertamente das alianças dos quilombolas com os escravos nas senzalas, acusados de roubarem e repartirem os mantimentos dos pais de seus senhores” (GOMES, 2015, p. 20).

Os quilombolas viviam principalmente da agricultura, plantavam mandioca, arroz, feijão e outros, a pesca e a caça eram fartas, comemoravam as colheitas, praticavam outras atividades relacionadas ao comércio e as trocas, havia excedentes econômicos e a prática de saques complementava a vida econômica dos quilombos.

A face camponesa quilombola se ampliava e se articulava diferentemente em regiões, contextos e períodos diversos. Embora sejam esparsas as fontes detalhadas sobre a vida interna nos quilombos, certos indícios apontam para excedentes econômicos que os favoreciam em trocas mercantis. Além disso, a prática dos saques a fazendas e povoados funcionava como complemento (GOMES, 2015, p. 23).

Assim, os quilombolas vendiam os seus excedentes. Existem cogitações de que participavam até das feiras dominicais, abastecendo os comércios locais.

Gomes (2015, p. 31-33) afirma:

Há indicações de escravos fazendo circular produtos de suas roças e abastecendo os mercados locais. Feiras dominicais se constituíram em espaços de socialização, atraindo escravos e libertos de diversas plantações, muitos dos quais cruzando milhas para alcançá-las. [...] Conexões econômicas daqueles que conseguiam levar seus produtos para ser negociados em cidades próximas significaram também a circulação de informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais.

O viver no quilombo era sinal de liberdade, embora corressem o risco de ser atacados para possíveis capturas, festejavam as colheitas e faziam festas para se alegrarem, considerando que as expressões culturais eram adaptadas ao Brasil, uma vez que nos quilombos não havia apenas negros. As populações dos quilombos tinham mais homens do que mulheres, às quais cabia cuidar da família e das plantações, das crianças que geralmente já nasciam nos quilombos. Quando atacados, as mulheres se embrenhavam nas matas com sementes, para tentar plantar novamente quando encontrassem outro lugar para se estabelecerem. Viver no quilombo era muito difícil, por isso algumas mulheres grávidas tentavam misturar-se com as negras cativas para tentar um parto, mas assistido nas senzalas. “Assim, a cultura nos quilombos podia ser formada tanto de influências africanas como de reinvenções de diáspora” (GOMES, 2015, p. 42).

O anseio de pertencimento, conexo à territorialidade, à ancestralidade e ao parentesco, passa a ser ativo no discurso social como sinais de reivindicações e de seu posicionamento político para os quilombolas. As famílias eram próximas, faziam os mutirões que abrangiam várias famílias, parentes e vizinhos na preparação das roças, na plantação e colheita, na organização e realização das festas de santos, compostas também de danças e canções culturais. Essas manifestações culturais estão perdendo-se em virtude de muitos dos mestres cantadores e cantadoras, instrumentistas e dançarinas já não existirem mais, outros estão muito idosos, e poucos sabem cantar, tocar e dançar os desempenhos tradicionais. Com o abatimento do território, das perdas agrícolas, a nova geração tem buscado trabalho e renda fora das comunidades, resistindo às discriminações racistas por serem “quilombolas” e “pretos”.



Contemporaneamente assumir-se negro é lembrar as marcas deixadas pela escravidão, sendo o suporte de discussões sobre políticas reparatórias e/ou compensatórias no Brasil com base na autoidentificação como negro. Após mais de cem anos da abolição, dissolver com a ética do silêncio possibilita reverter a hierarquia estacionada no tempo e tentar um universalismo esperado, que ainda não foi atingido. Foi rompendo com o silêncio que surgiram as “terras de preto”. Dos quilombos dos nossos antepassados às comunidades quilombolas contemporâneas, existe um longo processo histórico e social.

A resistência negra ao sistema escravocrata iniciou desde o momento em que eram capturados para serem transportados para o Brasil. Com medo das possíveis rebeliões, os traficantes diminuía as porções de comida para que os negros não tivessem força para se rebelarem, e as fugas tornaram-se a maior forma de resistência; no entanto, alguns escravos, principalmente os domésticos, faziam atividades extras para tentar comprar a alforria e misturavam ervas venenosas às comidas dos senhores. Algumas mulheres abortavam para não terem seus filhos escravos, e alguns escravos recusavam-se a trabalhar, ou o faziam de qualquer maneira.

O ajuntamento de escravos era proibido, até as crianças não deveriam ajuntar-se para brincar, pois temiam que esse ajuntamento fossem planos de fugas. Como já mencionado nos subtítulos anteriores, essas fugas deram origem aos quilombos no Brasil, os quais eram lugares de refúgio e busca por liberdade, cabendo ao negro enfrentar mais uma luta pela permanência no quilombo. O Estado, no intuito de acabar com as fugas, tenta combater os quilombos, restando às comunidades remanescentes quilombolas lutar contra todo tipo de violência para defender sua vivência, memória e cultura.

A principal arma contra os quilombos era a perseguição por capitães do mato e tropas, além da destruição de suas casas e plantações. Fazendeiros, câmaras municipais, delegados, subdelegados, juizes de paz e chefes de polícia se revezavam em mobilizar rapidamente a repressão (GOMES, 2015, p. 34).

Os quilombolas procuravam defender-se dos ataques estabelecidos pelo Estado e também dos ataques particulares organizados pelos senhores. Os fazendeiros mandavam tropas para destruir os quilombos, pois temiam as ameaças de invasões, motivo pelo qual os quilombolas causavam espantos, pois

estruturavam os quilombos para precaver as invasões e atacavam os invasores com armas. Expedições eram constituídas para acabar com os quilombos, os capitães do mato cometiam rotas de busca no intuito de destruir os quilombos e abolir as fugas, os valores pagos nessas expedições variavam de acordo com a localização do quilombo e também eram oferecidas recompensas para o indivíduo que denunciasse a localização do quilombo.

Quando organizavam os quilombos, logo traçavam rotas de abandono; assim, quando invadidos devido à localização e ao conhecimento das rotas, os quilombados tinham facilidade de abandonar os quilombos e plantações. “Refazer a economia era um duro golpe, mas pior era se defender de forças militares com muita superioridade bélica” (GOMES, 2015, p. 35).

Chegar até os quilombos era difícil, e as tropas militares andavam quilômetros dentro das matas e, quando chegavam aos quilombos não encontravam ninguém, pois, devido aos ataques, os quilombos tinham olheiros que ficavam na mata e avisavam quando avistavam movimentos de tropas ou capitães do mato.

## 2.5 A CONSTITUIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

### 2.5.1 Definindo o conceito

As comunidades quilombolas foram recolocadas em pauta desde os anos 1970, em sua maioria, localizadas nas áreas rurais. São identificadas por características próprias, não vivendo como se vivia no quilombo na época da escravidão, mas mantendo identidades que não se perderam com o passar dos anos e as convivências com outras culturas. Essas comunidades originaram das compras de terras pelos escravos alforriados, posse dos ex-escravos (fugidos ou libertos), doações feitas pelos proprietários. Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a execução da Lei Áurea, por ser a única possibilidade que o negro tinha de viver em liberdade, quando sua cultura não era desrespeitada, preservando a dignidade desses negros que se refugiaram dos preconceitos. Nesse sentido, estima-se que existam comunidades quilombolas em todo o território brasileiro.

Segundo Leite (2008, p. 969):

A expressão 'comunidade remanescente de quilombos', no início do processo constituinte, era pouco conhecida. Ela passou a ser vinculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888. Além de descrever um amplo processo de cidadania incompleto, veio também sistematizar um conjunto dos anseios por ações em políticas públicas visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português.

Para que uma comunidade rural habitada por grupos de afrodescendentes receba o título atualmente de comunidade quilombola, considerando que as vivências dos indivíduos remetem à relação com os escravos do passado, deve solicitar à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a titulação de Comunidade Quilombola, como prevê o Decreto Lei nº 4.887/2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Para receber o título de comunidade quilombola, três aspectos são considerados: (1) autoatribuição; (2) trajetória histórica própria; (3) relações territoriais específicas. Os sobrenomes e parentelas que se repetem, as práticas comuns, como residências dos filhos próximas às dos pais, o respeito à natureza e a agricultura familiar coletiva, são características visíveis nas comunidades quilombolas.

A Constituição de 1988 foi um marco para a história dos negros no Brasil, permitindo um novo olhar, ressignificando a história do negro e o conceito de quilombo. O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira determina: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Para atender a essa cláusula, é necessário definir quilombo de acordo com a realidade cotidiana das comunidades negras; com isso, o quilombo ganha visibilidade no âmbito nacional, tornando um combustível na luta por direitos. Nessa sua definição, começa a considerar as diferentes formas de organização, formação histórica e cultural das comunidades negras, sobretudo as

formas de acessar a terra (doações, heranças, ocupação de terras abandonadas ou devolutas). Para Almeida (2002), o importante é como os próprios sujeitos dessas comunidades se autorrepresentam:

O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como o partido político define e sim como os próprios sujeitos se auto representam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade (ALMEIDA, 2002, p. 68).

Nesse contexto, é a própria comunidade que se autorreconhece, e compete à Fundação Palmares certificar, por meio de uma certidão, essa autodefinição. Esse processo de certificação obedece às normas específicas da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007. É dever da comunidade enviar uma declaração pedindo essa certificação e se autointitulando como comunidade quilombola.

Nota-se que a cultura, o autorreconhecimento, a autovalorização são elementos prioritários para entender o que são comunidades quilombolas, para sua identificação, relevância e, por conseguinte, a busca pelo desenvolvimento da comunidade. Considerando o lugar social que foi dado ao negro e, conseqüentemente, ao quilombola, com o contexto discriminatório e racista, a luta do negro ainda é constante, pois assumir-se negro, quilombola pode ser um desafio devido às mazelas de exclusão que, por muitos anos, mantiveram os negros às margens da sociedade.

Nesse aspecto, Santos e Doula (2008, p. 10) apontam:

A negação da identidade quilombola retarda a efetiva existência destes atores, pois precisam emergir como comunidade perante os grupos sociais localizados em seu entorno e assumir sua essência em termos de consciência identitária para assegurarem quaisquer direitos que oficialmente detêm.

Nesse sentido, em busca de transformação de um contexto excludente, discriminatório e promotor de desigualdade, tem-se observado a criação de políticas públicas e planos direcionados ao negro e, em particular, aos quilombolas, abrangendo ainda outros grupos sociais que foram marginalizados ao longo dos anos.

## 2.5.2 As políticas públicas para as comunidades quilombolas

A Constituição Federal de 1988 foi decisiva para prever direitos que se cogitam em políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas. Os grupos excluídos organizados em movimentos sociais, em ONGs, partidos políticos começam a ganhar espaços. Nesses movimentos, destaca-se o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial<sup>3</sup> (MNUDCR) entre as várias entidades e grupos que compõem o movimento negro e adotaram, em seus discursos, as reivindicações identitárias, exigindo respeito às diferenças e à ampliação de direitos e buscando reparar as desigualdades sociais, culturais, econômicas, decorrentes da escravidão. “Dentre as várias demandas por direitos dessas entidades e grupos destacaram-se as exigências de garantia jurídica que abarcassem a criminalização do racismo, a valorização da cultura negra e de políticas com viés afirmativo” (SANTOS, 2012, p. 71).

Essas reivindicações foram um marco para a regularização dos territórios das comunidades negras e resultaram na aprovação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante a posse definitiva da propriedade aos grupos que permanecem ocupando suas terras, cabendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos e criar uma categoria jurídica aos direitos coletivos, impulsionando os quilombolas a reivindicar, na esfera política, o reconhecimento de seus valores e garantindo maior visibilidade para esses grupos outrora marginalizados.

O Programa Brasil Quilombola<sup>4</sup> em 2004 abriu um leque de possibilidades para as comunidades remanescentes. Desde então, as comunidades quilombolas do Brasil se reúnem para discutir e buscar melhorias para si mesmas, por conseguinte a educação quilombola tem conquistado espaços em debates, seminários e políticas educacionais no Brasil.

---

<sup>3</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundado em 18 de junho de 1978, e lançado publicamente em 7 de julho do mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, [s.d], [s.p]).

<sup>4</sup> Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto nº 6.261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania (BRASIL, 2018).

A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra (BRASIL, 2013, p. 440).

Os negros estão buscando igualdade em todos os âmbitos. Sendo assim, reconhecer a existência dos negros, das comunidades remanescentes de quilombo, a sua história e dos sujeitos que nelas vivem é necessário para a oferta educacional que contemple os alunos como um todo, compreendendo os alunos como sujeito pertencente à comunidade em que vivem, seus processos culturais, sua socialização e as relações de trabalho presentes no cotidiano desses sujeitos.

As conquistas continuaram sendo alcançadas com o tempo, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) possui como missão institucional: acompanhar, articular e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do governo federal, para a promoção da igualdade racial; proferir a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e requerer o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil, para combater a discriminação racial e o racismo.

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, criado por meio do Decreto nº 4.885, de novembro de 2003, foi mais um avanço no intuito de propor, em âmbito nacional, políticas que promovam a igualdade racial, evidenciando a população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira, com o objetivo de abolir o racismo, o preconceito e a discriminação racial e reduzir as desigualdades raciais, até mesmo nos aspectos econômico, financeiro, social, político e cultural, expandindo o processo de controle social a respeito das referidas políticas. Ressalvo ainda a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto nº 4.886, de novembro de 2003, caracterizado pela articulação de políticas, pela descentralização.

Nessa perspectiva, houve avanços significativos para a população quilombola com ações afirmativas que envolvem o equilíbrio das desigualdades associadas à raça e etnia, como o Estatuto da Igualdade Racial por meio da Lei nº 12.288/2010, o qual se apresenta como um documento de garantia e defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos, buscando o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial e religiosa. Em 2009, foi aprovado, por meio do Decreto nº

6.872, de 4 de junho de 2009, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR).

Consequentemente, o que se entende, é que as lutas dos negros estão além da ideia do direito à vida, à liberdade e ao mínimo para sobreviver, bem como o respeito à sua cultura e etnia. Por outro lado, é considerável a conquista até aqui, porém ainda existem caminhos a serem percorridos.

Ao perceber quanto são complexos o contexto que abrange os povos quilombolas e o reconhecimento de sua identidade, suas especificidades e suas necessidades, o que impõe mais engajamento na luta pela aplicação de seus direitos, tornam-se necessárias as contínuas posturas de autoafirmação, pelas quais possam estabelecer-se como sujeitos de direitos. No contexto de mobilização política e conquista dos direitos quilombolas, e/ou de outro grupo sociocultural, além da auto-orientação, o contato com as redes sociais soma a essa luta por direitos, passando a ser considerado fator fundamental porque viabiliza as necessárias políticas públicas de reconhecimento e de mudanças da realidade.

### **2.5.3 O viver nas comunidades quilombolas no Brasil de hoje**

O cotidiano das comunidades quilombolas está envolto nas construções, no modo de vida relacionado com a agricultura e a pesca, nas manifestações culturais e nas histórias de cada localidade, marcados por características africanas. Algumas comunidades quilombolas no Brasil destacam-se pelo rosto, corpo, cabelos, vestimentas e fala.

Em busca de garantia de direitos anteriormente negados, o Estado tem estudado o curso das comunidades quilombolas, os levantamentos estabelecem relatórios que associam o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Atende-se às reivindicações em passos lentos, e, como contexto de reparação de desigualdades, novos caminhos estão sendo trilhados, por exemplo, o Programa Brasil Quilombola e o Estatuto da Igualdade Racial, abrindo leques para o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural.

A desigualdade social ainda é gritante em algumas comunidades quilombolas, visto que o Programa Brasil Quilombola, cujo objetivo é desenvolvimento sustentável

e a garantia de direitos básicos, não dispõe de verbas para uma garantia plena, e a maioria das comunidades vivem da agricultura familiar e apoio dos programas governamentais. No caso das comunidades em estudo, poucas famílias vivem da agricultura familiar, e a maior fonte de renda das famílias está ligada ao trabalho como diarista (os boias-frias). Alguns membros de famílias são funcionários públicos ou de empresas, porém ainda existem famílias que vivem à margem da pobreza, para quem programas de governamentais são a garantia de sobrevivência delas, que, às vezes, precisam do apoio dos parentes e da associação de moradores.

Muitos quilombos ainda são habitados pelos descendentes dos antigos quilombolas e mantêm vivas as tradições de seus antepassados, repassando os saberes e fazeres de geração em geração e mantendo viva a identidade ética do quilombo.

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, 'mocambos', 'comunidades negras rurais', 'quilombos contemporâneos', 'comunidades quilombolas' ou 'terras de preto' referem-se a um mesmo patrimônio Territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica (ANJOS, 2006, p. 206).

Assim, como forma de garantia e luta por direitos, as comunidades remanescentes de quilombo atualmente são grupos organizados politicamente em busca de melhorias para si mesmas. Os quilombos não são resquícios dos antigos quilombos, mas permanências de lutas por territórios, reconhecimento, liberdade cultural e reparos sociais.

A forma de organização comunitária está presente nas comunidades quilombolas, os indivíduos, em sua maioria, reconhecem-se como quilombolas, e umas das características que são comuns às comunidades quilombolas são o grau de parentescos e a predominância de sobrenomes. As manifestações culturais em algumas comunidades estão em fase de resgate, mas a história oral faz menção ao modo de vida e às manifestações culturais, como o jongo no caso das comunidades em estudo.

A luta do povo negro ainda permanece por reconhecimento, igualdade por direitos sociais, econômicos, ambientais, culturais, que vão possibilitar às



comunidades um desenvolvimento familiar de forma digna e harmoniosa, priorizando a qualidade de vida dos moradores dos quilombos.

Considerando que algumas das maiores lutas dos quilombolas estão relacionadas à situação fundiária da terra, em sua maioria são territórios que não possuem regularização oficial, apenas posses verbais ou recibos de compra e venda. E o racismo ainda é realidade nas vivências diárias do povo negro, agregando que a luta é diária em busca de respeito e reconhecimento.

As comunidades quilombolas são consideradas diferentes, uma vez que foram fundadas por diferentes processos de resistências, no entanto, em sua maioria, são formadas por residências, centros comunitários, igrejas e escolas. Não contam com abastecimento de água nem redes de esgoto, mas, em algumas, o abastecimento de energia elétrica é precário. Os moradores das comunidades estão ligados por extensos laços de parentescos, alguns indivíduos já moraram fora das comunidades de origem em busca de uma vida melhor, visto que viver em quilombo não ofertava expectativas de vida. As comunidades em estudo têm abastecimento de água retirada de um poço artesianos, rede elétrica, escola, posto de saúde. As reuniões ocorrem nos espaços de comércio porque não existem centros de uso comunitários e a associação de moradores ainda não tem sede própria.

As principais fontes de renda dos moradores de comunidades quilombolas advêm da agricultura familiar, muitos dos quais dependem do auxílio dos programas sociais e da coletividade dos moradores. A liberdade de expressão, as datas comemorativas e as festas tradicionais estão presentes no cotidiano das comunidades.

Os territórios quilombolas, a maioria situados em regiões rurais, ainda permanecem esquecidos e muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social, vivendo apenas de uma agricultura de subsistência e/ou com bolsas de crédito que o governo federal oferece, em alguns casos. Graças a essa característica 'rural' das comunidades remanescentes de quilombo, uma das estratégias para a promoção do desenvolvimento local dessas comunidades tem se dado através da agricultura (MENDES, 2014, p. 14).

Geralmente as moradias são organizadas de maneira que a casa dos pais tem passagens para a residência dos filhos, além de estarem envolvidos no plantio e criação coletivos. As famílias têm suas hortas próximas das casas e compartilham o uso com familiares e amigos.

As relações sociais assim elencadas levam a uma autonomia das famílias congregadas, com suas áreas de criação e plantio para a subsistência contida na área familiar. A aprendizagem com os mais velhos ocorre até mesmo no processo de identificação da comunidade, com os aprendizados transmitidos pelos mais velhos aos mais novos por meio da oralidade.

As conquistas ainda são brandas e os desafios são grandes. O quilombo contemporâneo não encerra com uma assinatura e uma certificação. O reconhecimento, a autodefinição, a união e a conquista dos direitos constituem pontos fundamentais dos moradores dessas comunidades, rompendo com estigmas e preconceitos historicamente construídos. Identificar-se como negro em uma sociedade racista e preconceituosa não é tarefa muito fácil.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa cujo tema é “Diagnóstico do ensino nas escolas quilombolas de Presidente Kennedy-ES” é uma pesquisa qualitativa que segue um percurso metodológico de trabalho científico. A pesquisa foi desenvolvida nas escolas localizadas nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, nas quais são atendidos alunos da educação infantil até o quinto ano do fundamental. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, estabelece, no art. 8º, que:

Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

- I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;
- II - adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando aspectos ambientais, econômicos e sócio educacionais de cada quilombo;
- III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas;
- IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Considerando ainda essa resolução, é importante observar o que afirmam os incisos que se seguem:

- V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;
- VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;

A obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país abre um precedente importante para o aprendizado quilombola, assim como as vivências e fazeres dos remanescentes de quilombos contemporâneos devem ser respeitados como um saber essencial para o desenvolvimento de uma nova estrutura de educação no Brasil – essencial para que o país se reconheça como afrodescendente em sua concepção humana e cultural. Assim, as escolas atendem os alunos das comunidades quilombolas, sendo apenas 5% dos alunos de outras comunidades.

Concordamos com Santos e Candeloro (2006, p. 71), que salientam:

A pesquisa de natureza qualitativa é aquela que permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a idéia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. Note-se que a pesquisa qualitativa não tem a pretensão de mensurar variáveis, mas de analisar, qualitativamente, de modo indutivo, todas as informações levantadas pelo acadêmico através da aplicação de um instrumento de coleta de dados adequado. Os mais usados, no plano qualitativo, são a entrevista semiestruturada, o estudo de caso e os grupos focais.

Concordamos também com Ludcke e André (1986, p. 18) em que a pesquisa qualitativa é

[...] aquela que se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos e tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa contextualizada. Responde a questões muito particulares e, sendo assim, se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, explora um universo de significações, motivos, crenças e atitudes que relacionam-se [sic] a um espaço mais íntimo de relações.

Com a delimitação do tema, foi necessário proceder a uma pesquisa bibliográfica para fundamentar o assunto. Como afirma VERGARA (2005, p. 47-48): “A pesquisa bibliográfica é o estado sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Iniciando pela pesquisa bibliográfica, foi feita uma pesquisa qualitativa para responder à problemática da pesquisa e obter as informações que objetivam este trabalho. De acordo com Minayo (2002, p. 21-22):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para contemplar os objetivos propostos, foram utilizadas como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas, no intuito de conhecer as experiências vivenciadas pelos alunos e professores, ao trabalharem a disciplina História, e a maneira pela qual os conteúdos trabalhados possibilitam, ou não, uma valorização da cultura quilombola considerando a preservação da identidade.

Concordamos com Gil (2017, p. 25) quando diz:

As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado. Com efeito, é possível estabelecer múltiplos sistemas de classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas no intuito de atingir os objetivos e permitir aos entrevistados liberdade para falar sobre o tema. Elas foram realizadas nos dias 12 e 14 de fevereiro de 2020.

O referencial teórico foi conceituado de início por meio de um levantamento bibliográfico, no qual foram efetivadas pesquisas no Google acadêmico e nos periódicos científicos, por meio das palavras-chave, quilombolas + educação. Também foram utilizados livros e alguns materiais indicados pelo professor orientador da pesquisa. As pesquisas foram realizadas em documentos com idioma português, após foram feitas visitas às escolas para a explanação da minha pesquisa e posteriormente a realização das entrevistas.

Essa produção trouxe opiniões particulares que se somaram à problemática da pesquisa, permitindo abranger a totalidade da situação-problema do estudo, apontando as experiências evidenciadas pelos alunos das escolas quilombolas que contribuem para a noção de pertencimento deles e observando a política educacional nas escolas quilombolas e a forma que os professores trabalham a disciplina História.

Assim foi feita entrevista para coletar os dados com a aplicação de um roteiro semiestruturado aos professores e alunos das escolas quilombolas de Presidente Kennedy, contendo questões abertas, no intuito de conhecer a realidade cultural e as tradições dos remanescentes quilombolas, bem como os projetos e atividades desenvolvidas na escola, para que esse aluno se sinta parte da comunidade em que está inserido.

Procurando responder aos questionamentos supracitados, o público-alvo da pesquisa foi formado por seis professores do ensino fundamental das escolas em estudo e 20 alunos escolhidos aleatoriamente para entrevista. Os dados foram coletados, analisados e transcritos na íntegra. Rosa e Arnoldi (2006, p. 17) afirmam:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Nesses dados analisados e citados na análise de dados, utilizamos fragmentos das respostas dos entrevistados para melhor abordagem dos dados recolhidos. Como produto final, sugerimos à Secretária Municipal de Educação um seminário para os professores das escolas em estudo e também para os das escolas dos polos que atendem os alunos quilombolas. Se for necessário, buscaremos parcerias com os diversos segmentos que contribuam nesse processo de formação dos professores, com seminário e palestras.

## 4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PRESIDENTE KENNEDY: HISTÓRIA E ATUALIDADE

A cidade de Presidente Kennedy está localizada no litoral do Espírito Santo, na Região Sudeste do Brasil. Apresenta paisagens recortadas por serras e morros, e os descendentes dos primeiros colonizadores abrigam principalmente a faixa litorânea. O Espírito Santo possui extensão territorial de 46.098,571 km<sup>2</sup>, divididos em 78 municípios, entre os quais Presidente Kennedy, conforme se observa no mapa abaixo:

Figura 1 – Mapa do Espírito Santo: localização do município Presidente Kennedy



Fonte: Google, 2020.

A região, hoje atual Presidente Kennedy, foi habitada pelos povos indígenas botocudos e puris e, a partir de 1581, com a chegada do padre jesuíta José de Anchieta, teve uma ocupação mais significativa. Entre 1694 e 1759, foi construída por índios escravizados a Igreja Nossa Senhora das Neves, que se configura como

o principal patrimônio histórico de Presidente Kennedy, hoje tombada pelo Conselho Estadual de Cultura e denominada Santuário das Neves. Em meados de 1702, essa região foi legalizada como Fazenda Muribeca, a qual foi concebida pelos jesuítas para a criação de gado. Essa fazenda abrangia o sul do Espírito Santo e norte do estado do Rio de Janeiro e era considerada um importante elemento de interação da fronteira Espírito Santo–Rio de Janeiro.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a Fazenda Muribeca foi arrendada, entrando em decadência, por priorizar a mão de obra escrava. Em 1963, o município foi desmembrado de Itapemirim por meio da Lei Estadual nº 1918, que entrou em vigor em 4 de abril de 1964, recebendo esse nome em homenagem a John F. Kennedy, presidente americano morto em 1964.

Em 2000, a exploração petrolífera foi um marco histórico para a cidade, tornando a cidade como uma das mais promissoras do Espírito Santo, na possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas. Atualmente a cidade tem um grande potencial de investimento, enfrentando alguns desafios, como a necessidade de tornar a cidade um polo industrial e turístico. As comunidades em estudo estão localizadas no município de Presidente Kennedy, e a cidade atualmente tem uma estimativa de 11.574 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na década de 1970, o respeito à diversidade cultural entra em pauta, os movimentos sociais compostos pelos grupos “inferiores”, estruturados nas organizações não governamentais, grupos políticos, começam a ganhar voz, ao levarem para a Assembleia Nacional reivindicações dos até outrora invisíveis, passando a ter reconhecimento estadual e abrindo possibilidades no âmbito social e civil. Essas possibilidades foram possíveis devido às lutas travadas pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, conhecido MNU, na década de 1980, em prol dos direitos dos negros. A imprensa alternativa, jornais, boletins e cartazes relatavam palavras em favor da ordem e denunciavam os maus-tratos e morte de negros.

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro (DOMINGUES, 2007, p. 114).



Esse período marca a presença de novos atores sociais buscando uma nova cultura, em que o respeito às diversidades étnicas se destacava, a universalização de políticas sociais e de combate à pobreza, em que se pronunciava uma pauta com propostas mais específicas ao povo negro, seja na saúde, educação, segurança pública, acesso à terra, mercado de trabalho e promoção da cultura. Esses movimentos foram o estopim para as conquistas de políticas públicas já citadas anteriormente, visando a políticas de ação afirmativas no intuito de superar as desigualdades raciais. Políticas afirmativas

[...] refere[m]-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (OLIVEN, 2007, p. 30).

As comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, estão passando por um processo de organização e reivindicações. Existem algumas vertentes históricas sobre a origem das comunidades, no entanto a vertente mais narrada e provavelmente verdadeira é que as terras quilombolas de Presidente Kennedy foram doadas a um escravo alforriado, pelos anos de bons serviços prestados ao seu senhor. Esse escravo alforriado tinha cinco esposas que povoaram as duas comunidades<sup>5</sup>, o que explica o grau de parentesco entre os moradores das comunidades.

As comunidades em estudo atualmente possuem cerca de 350 famílias, em torno de 700 habitantes, a infra-estrutura das comunidades é simples, a renda gira em torno do excedente da agricultura, da pecuária, dos trabalhos diários (boias-frias, domésticas, entre outros) e serviços públicos. Os programas sociais<sup>6</sup> acrescentam a

---

<sup>5</sup> O nome Cacimbinha surgiu devido ao uso das cacimbas para abastecimento de água; o nome Boa Esperança veio para substituir o nome Marra Égua (nome dado devido às pistas de laços que tinha, então as pessoas amarravam as éguas para assistir às corridas ou participar delas). Os moradores não gostavam de como as pessoas falavam Marra Égua, assim, na esperança de dias melhores, colocaram Boa Esperança. Ambos os nomes não separam as comunidades, que permanecem unidas como se fossem apenas uma.

<sup>6</sup> Bolsa-Família: Programa de transferência de renda do governo federal, em que o beneficiado cumpre algumas condicionalidades criado no governo Lula, em 2003, Lei Federal nº 10.836/2004, cujo valor varia de acordo com o núcleo familiar. Tíquete-feira: Programa municipal que beneficia famílias que estão dentro das condicionalidades com um tíquete semanal no valor de 50 reais. Lei Municipal nº 1.122/2014.

renda familiar. Existem nessas comunidades duas escolas de ensino fundamental, uma creche, um posto de saúde, abastecimento de água encanada e serviço de coleta seletiva de lixo. A associação de moradores e a cooperativa estão em processo de organização, mas já proporcionam visibilidade às comunidades por meio dos representantes que estão lutando com o apoio dos moradores por melhorias sociais e civis. Um marco hoje nas comunidades é a comemoração do 20 de novembro que acontece por meio da Lei Municipal nº 849/2009<sup>7</sup>. O município oferta bolsa de estudos aos munícipes, o que oportunizou a muitos quilombolas alcançar cursos superiores.

As religiões predominantes são as protestantes e católicas contando com oito igrejas, das quais duas igrejas católicas e seis protestantes, estas têm em torno de 10% de seguidores e os demais são católicos. Moradores antigos relatam que havia culto espírita nas comunidades, hoje não existe mais.

Os remédios caseiros estão presentes nas comunidades, as receitas são passadas de geração em geração e as doenças são tratadas com esses remédios, além do uso dos remédios farmacêuticos.

Essas comunidades seguem a tradição de seus ancestrais no que concerne às manifestações culturais, uma das quais é o jongo, conhecido como Jongo “Mãe África, Pátria Amada Brasil”, repassado de geração em geração. Anteriormente era uma forma de refúgio, diversão; hoje, como demonstração de permanência, o jongo é uma manifestação rural que referencia a cultura africana, sendo originado dos negros de origem banto, da Angola e do Congo. É uma música com palavras improvisadas e sonorizadas com a ajuda do tambor, que é esquentado no fogo antes de ser batido, e a dança é no ritmo cantado: as mulheres em maioria e os homens minoria se reúnem em redor dos tambores e começam a música, o batedor de tambor segue o ritmo cantado e todos que estão dançando cantam o refrão com a pessoa que começou o jongo.

O jongo também era dançado na Festa das Neves, festa tradicional do município, que ocorre uma vez por ano em homenagem à Padroeira das Neves, igreja que foi construída pelos jesuítas no século XVII com a ajuda de escravos e índios, que até hoje faz parte da fé dos católicos quilombolas.

---

<sup>7</sup> Lei que instituiu o 20 de novembro como feriado municipal, disponibilizando uma verba para uma programação referente à Consciência Negra.

Atualmente o jongo é dançado em eventos culturais dentro e fora das comunidades. Composto por homens, mulheres e crianças, o jongo tem uma representante que é responsável pela organização das apresentações, as crianças aprendem com os mais velhos o ritmo e as letras cantadas. No decorrer das participações, os mais jovens aprendem o trocadilho de palavras que compõem as letras de jongos e recriam novas letras. Algumas legislações brasileiras autorizam e exigem que seja trabalhada dentro do currículo a história local, abrindo espaço para a apresentação do jongo dentro das escolas, o que acontece geralmente próximo ao dia 20 de novembro.

#### 4.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO SOBRE AFRODESCENDÊNCIA

A Educação Escolar Quilombola foi propagada mediante discussões no campo educacional que se iniciaram na década de 1980. Assim, os mobilizadores começaram a denunciar o papel que a escola proporcionava na expressão, repercussão e reprodução do racismo, como também as discriminações presentes na organização curricular e nos livros didáticos. Desse modo, durante o governo Dilma Roussef, foram criadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola em 2012, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, determinando que a Educação Escolar Quilombola fosse desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras, com base na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade (BRASIL, 2013). Assim, as políticas públicas destinadas a esses povos tradicionais precisam considerar a relação que possuem com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, considerando o período da instalação dos quilombos no Brasil. O processo de luta das comunidades possibilitou que diversos avanços ocorressem a respeito da consciência de direito dos quilombolas.

Para a concretização dessa política em 2013, algumas ações foram implementadas anteriormente, como em 2010, quando houve a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da educação básica no Parecer CNE/CEB nº 07/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais Básicas. A Conferência Nacional da Educação

(CONAE), em 2010, definiu que a educação quilombola é de responsabilidade do governo federal, estadual e municipal, que devem:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

Essa inclusão permite que os alunos conheçam a história do povo negro, possibilitando ao educando acesso a uma educação que contemple sua cultura e atenda aos requisitos de qualidade educacionais, contemplando ainda a diversidade regional em que cada comunidade está inserida, além da realidade social, histórica, política, econômica e cultural, trazendo um desafio para os currículos educacionais, pois deve ser incluída a realidade histórica e cultural quilombola nas questões curriculares das escolas da educação básica pública e privada de todo o país, e enfatizando que as comunidades quilombolas fazem parte da história da sociedade brasileira.

As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012, no entanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), introduzida pela Lei nº 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, estabelece o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras representadas pela cultura brasileira. O Parecer CNE/CP nº 03/2004 determina que todo regulamento de ensino precisará fornecer “[...] registro da história não contada

dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (BRASIL, 2003, p. 9).

A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra (BRASIL, 2013, p. 440).

Na unidade temática O sujeito e seu lugar no mundo, focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais (BNCC, 2018, p. 360).

A área de história é composta pela maior parte de indicações para a construção de conteúdos focados em educação para as relações étnico-raciais, para o ensino de história e cultura afro-brasileira e quilombola, elencados nos conceitos de “formação dos povos”, construções sociais, diversidade cultural e cidadania, considerando os séculos de formação da civilização brasileira. Assim A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) propõe:

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. (BNCC, 2018, p. 409) O papel das religiões e da cultura para a formação dos povos antigos; Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas (BNCC, 2018, p. 412).

(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos (BNCC, 2018, p. 413). Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente (BNCC, 2018, p. 416).

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico cultural (indígena, africana, europeia e asiática) (BNCC, 2018, p. 421).

(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.

(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados (BNCC, 2018, p. 421).

(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti (BNCC, 2018, p. 423).

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas (BNCC, 2018, p. 423).

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.

(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica (BNCC, 2018, p. 425).

(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência (BNCC, 2018, p. 431).

(EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras (BNCC, 2018, p. 449).

Esponaneamente é necessário que as equipes escolares procurem ressignificar os valores que deram embasamento a erros e atrasos para os povos colonizados, partindo, por meio dessa ressignificação, para uma estrutura crítica capaz de garantir aos estudantes que sigam para a próxima etapa com um panorama que possibilite aprofundar os conhecimentos e a disposição para desvirtuar costumes sociais de preconceitos, violências e racismo, alcançando, assim, as temáticas e objetivos considerados necessários pela BNCC.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A pesquisa de campo permite conhecer a realidade do objeto de estudo, como também extrair dados, informações, analisar, interpretar fatos e fenômenos, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Para aprofundar os conhecimentos sobre a educação nas escolas quilombolas de Presidente Kennedy, foi realizada esta pesquisa de campo de natureza qualitativa, que usou como instrumento entrevistas semiestruturadas com professores e alunos das escolas das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy. Para descrever o perfil dos entrevistados, foi elaborado o quadro 1, explicativo:

Quadro 1 – Perfil dos professores entrevistados

Referência	Idade	Sexo	Local de moradia	Escolaridade	Tempo de trabalho no município
Entrevistada nº 1	41	Feminino	Boa Esperança-PK	Pós-graduada	18 anos
Entrevistada nº 2	33	Feminino	Cacimbinha-PK	Mestranda	12 anos
Entrevistada nº 3	43	Feminino	Marataízes	Pós-graduada	4 anos
Entrevistada nº 4	32	Feminino	Cachoeiro de Itapemirim	Superior completo	1 ano
Entrevistada nº 5	42	Feminino	Cachoeiro de Itapemirim	Pós-graduada	1 ano
Entrevistada nº 6	30	Feminino	Presidente Kennedy	Pós-graduada	1 ano

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

O perfil dos professores entrevistados diversifica-se quanto à faixa etária, ao local de moradia, à escolaridade e ao tempo de trabalho no município. Ao entrevistarmos esses professores, tivemos por proposta ter acesso à percepção deles como um todo, desde os que moram nas comunidades até os que moram em outra cidade. O grau de escolaridade também foi importante, pois foram entrevistados professores recém-formados e professores mestrandos. Contribuíram para os resultados, possibilitando conhecer a realidade das escolas por diferentes olhares, o tempo de experiência e o local de moradia, este muito influencia, porque os professores que moram nas comunidades conhecem um pouco mais sobre as comunidades, em virtude de não existirem muitos registros sobre as comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, pois os professores de outros lugares têm dificuldades para trabalhar a história das comunidades.

No que diz respeito ao sexo, não houve diversidade, porque a maioria dos professores de ambas as escolas são do sexo feminino. O local de moradia contribuiu muito para o resultado da pesquisa, pois a forma de trabalho para os moradores das comunidades diverge da dos moradores de outras cidades, devido ao conhecimento da história local.

O número de professoras é maior que o de professores no ensino fundamental, historicamente pode ser considerado que a inserção da mulher no espaço escolar ocorreu como forma de extensão das funções que já desenvolvia no espaço doméstico. Sendo assim, a tarefa de ensinar foi dada às mulheres, mas as funções de domínio público, em sua maioria mais bem remuneradas, atribuíram-se aos homens. Posto isso,

[...] ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se [sic] perante a nobreza do magistério (ALMEIDA, 1996, p. 74).

Os questionamentos direcionados aos entrevistados abordavam os seguintes pontos: O que é ser quilombola para você? Você sabia que iria trabalhar em uma comunidade quilombola? Quais os conteúdos curriculares trabalhados na disciplina História que contempla a comunidade quilombola? Geralmente quando são ofertados? A escola possui material didático para somar ao conhecimento dos alunos sobre a comunidade em que estão inseridos? A escola possui projetos que contribuam para o entendimento dos alunos sobre suas raízes? Você repassa valores da comunidade para os seus alunos? De que forma? Você acha que a cultura quilombola está presente nos seus alunos? Como você consegue identificar? Qual a sua opinião sobre preservação da cultura dessa comunidade? O que a escola tem feito para preservar as tradições, costumes e valores dessas comunidades? Na sua opinião, como a escola e o município poderiam contribuir para melhorar a educação quilombola e, conseqüentemente, preservar a história desse povo?

O intuito foi conhecer a percepção dos professores em relação ao trabalho desenvolvido pelas escolas das comunidades em estudo e como o aluno era visto do ponto de vista do professor, por isso foram entrevistados professores de diferentes realidades.



A primeira pergunta direcionada foi sobre o que é quilombo, nesta a maioria respondeu palavras de lutas, resistência, não aceitar opressão. Conforme descreveu a Entrevistada nº 1: “Para mim é estar dentro de um quilombo, fazer parte da família quilombola, ser parente, neto de pessoas que passaram por dificuldades. É ser resistência” (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Esse conceito é de uma professora nascida e criada na comunidade, de uma família de líderes, que contribuíram e contribuem para a história do quilombo, que o vê como uma família que resiste, até os dias atuais, aos preconceitos e às imposições.

Outra entrevistada respondeu: “Ser quilombola é além do nascimento em um quilombo é se aceita como tal, não nega suas raízes, respeitar seus grios, seus antepassados. É pertencimento” (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Percebe-se a clareza no conceito de quilombola, demonstrando que a autoafirmação e o sentimento de pertença são necessários, ao fazerem parte de uma comunidade quilombola.

Outra entrevistada respondeu: “Ser Quilombola é um povo especial que passaram por muitas coisas, mas venceram. Ser quilombola são pessoas vencedoras” (ENTREVISTADA Nº 3, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Diante das afirmações das entrevistadas, nota-se que o conceito sobre quilombola ainda é esporádico, uma questão antiga que está em pauta desde a década de 1970, porém pouco discutida. Observando que são escolas pequenas em comunidades pequenas, deveria propagar o significado de ser quilombola nas escolas como forma de identidade, uma vez que estão localizadas em comunidades quilombolas.

O conceito de identidade quilombola se dá a partir das representações e interpelações nas quais os sujeitos em questão estão inseridos, e a partir de suas identificações com valores e significados construídos socialmente. O posicionamento coletivo diante desse contexto histórico-cultural ocorre pelo reconhecimento dos sujeitos enquanto grupo, por partilharem histórias, valores e costumes que os remetem a um passado comum e, portanto, a uma identidade compartilhada (FURTADO, 2014, p. 108).

Assim, para entender a cultura quilombola, é necessário vincular ao imaginário social conquistado por seus sujeitos, que se referem a um passado de escravidão, lutas, fugas e constituição de quilombolas.

A segunda pergunta fez referência ao local de trabalho, na qual foi indagado se o professor, no ato da escolha da vaga, sabia que iria trabalhar em uma comunidade quilombola. Dos seis entrevistados, três sabiam que iriam trabalhar em uma comunidade quilombola e três não, demonstrando que, ao escolherem as localidades para trabalhar, poucas informações são disseminadas, pois dos três que declararam que sabiam dois são moradores das comunidades, conforme respondeu a Entrevistada nº 5: “Não” (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2020). A terceira pergunta indagou sobre os conteúdos curriculares trabalhados na disciplina História que contemplam a comunidade quilombola e quando são ofertados. As professoras responderam com base na realidade do município, e uma entrevistada relatou assim:

Antes era bem menos trabalhado, os conteúdos não abrangia tanto essa questão de comunidades quilombolas, falava-se em negros, refugiados, mas não se falava do quilombo em si, hoje se trabalha mais em novembro a questão da consciência negra que está dentro dos parâmetros curriculares, dos conteúdos, e também a questão da identidade que se trabalha dentro de diversidade geralmente desde o começo do ano, o que possibilita trabalhar a identidade quilombola (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Esse relato mostra que as mudanças nos conteúdos curriculares estão iniciando, no entanto ainda existe uma limitação ao conteúdo que geralmente é trabalhado apenas no mês de novembro, e não no decorrer do ano, uma vez que se trabalha diversidade desde o início do ano, porém com focos abrangentes em que se aproveita o gancho para iniciar a diversidade.

Outra entrevistada respondeu que

[...] os conteúdos trabalhados em história voltados para comunidades quilombolas são referentes à realidade que os escravos passaram, quais foram as pessoas que foram importantes na luta contra a escravidão, esse regime humilhante que foi a escravidão, onde vieram para cá príncipe e princesas, personagens negras importantes para se trabalhar, geralmente trabalhados na semana da consciência negra, porém a indicação da BNCC é que se trabalhe esse conteúdo o ano todo, esse ano iniciou-se na primeira semana de aula ao relatar sobre as belezas da África em relação à natureza e a cultura, usando como literatura o livro ‘O marimbo do quilombo’ (ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Esse entrevistado deixou clara a relevância da BNCC em mostrar a necessidade de o professor trabalhar a história afro-brasileira no decorrer do ano,

reconhecendo um equívoco que acontece no mês da consciência negra, o que não é o foco da BNCC, e sim a história como um todo.

Um outro entrevistado afirmou “[...] que se trabalha sobre consciência negra em novembro” (ENTREVISTADA Nº 4, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Essa afirmação demonstra que as inquietações referentes à BNCC ainda são um pouco desconhecidas por alguns profissionais que não conseguem alinhar os conteúdos curriculares com as exigências da BNCC, com a ressalva de outra entrevistada que questiona a necessidade de incrementar os conteúdos com pesquisas, uma vez que os livros contam a história dos negros no conteúdo sobre a África e muito pouco nos conteúdos sobre o Brasil, mostrando que o material didático disponibilizado no município precisa ser mais bem organizado.

A quarta pergunta questionou se o material didático ofertado pela escola se soma aos conhecimentos dos alunos sobre comunidade quilombola. A resposta foi unânime, pois todos responderam que falta material didático sobre comunidades quilombolas nas escolas e que as escolas precisam melhorar os acervos didáticos sobre a temática, reconhecendo que, todas as vezes que esse conteúdo entra em pauta, é necessário adaptar o conteúdo à realidade dos alunos. A entrevistada nº 6 relatou: “A escola ela tem pouco livros né, eu até acho que a escola não tem uma cara de quilombola, ainda precisa muito melhorar em relação a isso, o acervo mínimo de livros referentes a realidade quilombola é algo que precisa melhorar” (ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2020.).

O quinto questionamento verificou se a escola possui projetos que contribuam para o entendimento dos alunos sobre suas raízes. Esse questionamento causou inquietação, pois a maioria disse que não tem conhecimento de projetos desenvolvidos sobre a escola. Alguns professores referiram-se ao ano passado, em que o único projeto foi desenvolvido no período da consciência negra, projeto montado para que todos os professores trabalhem sobre negros na Semana da Consciência Negra em um dia de exposição, roda de conversa e apresentações culturais na escola. No entanto, pretendem fazer diferente neste ano: trabalhar com projetos que contribuam para o entendimento dos alunos sobre suas raízes no decorrer do ano, porém ainda não planejaram, conforme relatou a Entrevistada nº 6: “Não sei se antes era feito algum projeto, porém esse ano pretendemos fazer” (ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

A sexta pergunta indagou se o professor repassa valores enraizados na comunidade, como histórias de pessoas que se tornaram referências como exemplo de ética para os seus alunos e, se sim, de que forma ocorreu. Os entrevistados declararam que repassam valores das comunidades para seus alunos, conforme afirmou a Entrevistada nº 5: “Trabalhamos a consciência negra, as vestimentas, as danças típicas [...]” (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Embora com pouca propriedade no que refere aos valores da comunidade, os professores estão tentando repassar valores aos seus alunos com e/ou sem exemplos das comunidades. Os valores estão sendo disseminados, chama a atenção, contudo, o exemplo utilizado pela Entrevistada nº 2, uma história pouco conhecida pelos indivíduos de outras localidades:

Sim, tive uma experiência ano passado que tive que para minha aula para contar a história de Manoel João para os alunos, porque eu desconheço homem mais íntegro porque ele, além de ser formador dessas comunidades, ele era muito respeitado pela personalidade dele, pelos valores, não foi à toa que ele herdou todas as terras da comunidade, ele era muito honesto, pesquisei com os mais antigos e eles relataram que Manoel João não ia na venda comprar nada, ele mandava o chapéu dele, então a honestidade era um valor. Entendeu? Dependendo da situação, conto a história de Manoel João alencada a educação contemporânea (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

No entanto, mesmo que as respostas tenham sido positivas, percebe-se que os valores da comunidade não estão sendo repassados dentro das escolas. O intuito era saber se as tradições, costumes, modo de vida, as histórias dos anciões estavam presentes nas escolas e sendo repassados às presentes gerações. Entende-se que alguns educadores estão tentando, mas ainda de forma superficial, pois as histórias, os costumes, as tradições ainda não estão no contexto escolar como um todo, à exceção da alimentação, quando as escolas ofertam alimentos adquiridos da agricultura familiar, o que é reforçado e incentivado por alguns profissionais.

Compartilhar a aprendizagem para a preservação das tradições é de suma importância, pois introduzir esse conhecimento nas escolas faz com que todos tenham conhecimentos das informações essenciais à sua origem, inclusive ressaltando a importância da autoaceitação.

O sétimo questionamento procurou saber se é possível identificar a presença da cultura quilombola nos alunos. A Entrevistada nº 3 relatou: “Sim, com certeza, já

vem de casa, está na raiz deles, podendo ser identificado na cor, e como ainda não conheço a comunidade seria só a cor” (ENTREVISTADA Nº 3, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

A Entrevistada nº 1 enfatizou: “Acredito que sim. Sobre a cultura quilombola eles comentam que moram na comunidade quilombola, conversamos sobre a cultura e a dança é o jongo” (ENTREVISTADA Nº1, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Embora muitos alunos tenham relatado que moram em uma comunidade quilombola e se autoidentificam como quilombola, é necessário consolidar a importância do conhecimento acerca da construção de uma cultura de um povo que é resistência e atualmente luta por reconhecimento, pela preservação da sua identidade, de sua história, de seus costumes e tradições.

Em resposta ao oitavo questionamento sobre a importância de preservar a cultura dessas comunidades, todos os entrevistados acharam importante, como ressaltou a Entrevistada nº 5: “Eu vejo, não me adentrei, mas acho que falta ainda muito a melhorar” (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Embora os moradores das comunidades se autoafirmem como quilombola, muito ainda precisa ser estreitado entre comunidade e escola, pois, mesmo sendo importante a preservação da cultura, os professores defendem a necessidade de um resgate cultural, apesar de saberem que a cultura não permanece estática, estando em constante desenvolvimento. A cultura das comunidades ainda não adentrou as portas das escolas como forma de preservação e repasse de conhecimento local, segundo afirmou a Entrevistada nº 3:

Muito importante, não só das pessoas quilombolas, da região, mas qualquer cultura tem que ser preservada, porque é história, a pessoa sem história não tem identidade, então a identidade é importante para a pessoa não importa de qual cultura seja tem que ser preservada sim, tem que ser passada de geração em geração sim, porque como eu disse no início são pessoas que vejo como vencedoras então é muito importante a criança saber que os antepassados dela sofreram passaram por discriminação e ainda passam mas que são vencedores e isso ela precisa ter dentro dela para ter a autoestima alta, eu sou vencedora sim a história do meu povo é uma história de pessoas vencedoras (ENTREVISTADA Nº 3, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

A nona pergunta indagou a contribuição da escola para essa preservação das tradições dessas comunidades. As respostas retornaram para o 20 de novembro, e a maioria dos entrevistados considerou as ações desenvolvidas no 20 de novembro como forma de preservação. No entanto, não existe nenhum projeto específico

sobre a temática, embora alguns profissionais tenham conhecimento de que as escolas quilombolas têm uma pedagogia própria e nada foi feito até o momento para melhor contribuir no conhecimento dos alunos, apenas atividades relacionadas ao 20 de novembro. A Entrevistada nº 6 questionou com pertinência:

A escola né, agente enquanto profissional, professores da escola agente tenta nas atividades da escola contemplar isso, só que eu acho que o município precisa reconhecer e valorizar a comunidade, então pra que isso aconteça é preciso que ocorra um processo de valorização primeiro dentro da comunidade para que do lado de fora as pessoas também possam reconhecer isso, ao meu ver, a escola hoje conta com o trabalho do professor em sala de aula o começo é por aí, mas coisas maiores precisam ser feitas. Eu escrevi um projeto chamado 'conhecendo as raízes' pretendo mostrar para a diretora e pretendo implantar na escola a partir de abril (ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Percebe-se que algo ainda precisa ser feito, para que a escola tenha características quilombolas, contribuindo para a preservação e disseminação das tradições quilombolas de geração em geração. A Entrevistada nº 2 disse:

Sinto falta de apoio do poder público em relação a preservação da cultura dessa comunidade, minha opinião é que as pessoas que moram aqui aquelas pessoas que brigam, que lutam, elas têm muito desejo em preservar a cultura, mas eu sinto que, quando chega no poder público, elas se esbarram (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Em consonância às repostas a esses questionamentos, repele-se a falta de ações públicas para a preservação da cultura afro-brasileira, no entanto, ao cobrarem do poder público, algumas professoras não se posicionaram como agente. Esperam ações públicas, mas não propõem ações a serem desenvolvidas nas escolas.

A última pergunta indagou sobre a maneira como a escola e o município poderiam contribuir para melhorar a educação quilombola e, conseqüentemente, preservar a história desse povo. A Entrevistada nº 6 respondeu:

Ao meu ver, é cobrar projetos e ações iniciando pela caracterização da escola, com características quilombolas como já estamos cobrando que o muro seja pintado com o belo da comunidade, já um impacto para quem chega e as pessoas ao verem já vão se sentir representado, valorizado e após um trabalho intenso com os alunos voltado para a realidade quilombola, a questão da África e a valorização do povo negro, contando com o apoio do município para que essas ações sejam feitas (ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

As professoras, como a entrevistada supracitada, que não conheciam as escolas relataram a falta de característica física nas escolas, discutindo que o povo guarda suas tradições, mas precisa sentir-se valorizado, e o poder público pode contribuir na valorização dos quilombolas com ações voltadas para as escolas existentes em comunidades quilombolas, concordando também com Gama (2015), ao revelar que o poder público deve proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Outra entrevistada relatou que “[...] existe o evento do vinte de novembro, mas que é necessário que o município ofereça material e formação para os professores” (ENTREVISTADA Nº 4, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

No decorrer das entrevistas, as professoras declararam que o município desenvolve ações para melhorar a educação durante todo o ano e que todas as escolas são contempladas com essas ações, porém faltam projetos específicos para as comunidades quilombolas, destacando que a escola e o poder público precisam de um olhar especial para as comunidades quilombolas, incentivando os alunos a conhecer sua história e possivelmente valorizá-la. Dos seis entrevistados, quatro relataram que é necessário fazer um trabalho no decorrer do ano que englobe as comunidades quilombolas, e não apenas na semana do dia 20 de novembro. As condições estruturais das escolas também são citadas, uma vez que faltam nelas ambientes educativos adequados e equipados, como biblioteca, laboratório, quadra de esportes, pois a estrutura como já citada são apenas duas salas de aula e um refeitório, não tendo ambientes para contribuir no trabalho do professor e, conseqüentemente, melhor aprendizagem para os alunos. Os professores precisam buscar meios didáticos para melhor desenvolver a aprendizagem dos alunos, podem propondo projetos, e pedir apoio do poder público, como também levar a comunidade para dentro da escola, fazendo uma ponte entre os saberes e fazeres das comunidades e o conteúdo proposto pelo currículo.

Para melhor entender se o trabalho está sendo desenvolvido com os alunos e se ele tem sido somado ao conhecimento dos alunos sobre as comunidades em que estão inseridos, os alunos também foram entrevistados. Para descrever o perfil dos alunos entrevistados, foi elaborado o quadro 2, explicativo.

Quadro 2 – Perfil dos alunos entrevistados

<b>Referência</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Local de moradia</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de moradia na comunidade</b>
Entrevistada nº 1	9	Feminino	Cacimbinha	4º ano	Nascida
Entrevistada nº 2	9	Feminino	Boa Esperança	4º ano	Nascida
Entrevistado nº 3	9	Masculino	Boa Esperança	4º ano	Nascido
Entrevistada nº 4	10	Feminino	Boa Esperança	4º ano	Nascida
Entrevistado nº 5	9	Masculino	Boa Esperança	4º ano	Nascido
Entrevistado nº 6	9	Masculino	Cacimbinha	4º ano	4 anos
Entrevistado nº 7	12	Masculino	Cacimbinha	5º ano	2 anos
Entrevistado nº 8	10	Masculino	Cacimbinha	5º ano	3 anos
Entrevistada nº 9	6	Feminino	Cacimbinha	1º ano	Nascida
Entrevistada nº 10	6	Feminino	Cacimbinha	1º ano	Nascida
Entrevistado nº 11	7	Masculino	Cacimbinha	2º ano	Nascido
Entrevistado nº 12	7	Masculino	Cacimbinha	2º ano	Nascido
Entrevistada nº 13	7	Feminino	Boa Esperança	2º ano	Nascida
Entrevistado nº 14	7	Masculino	Boa Esperança	2º ano	Nascido
Entrevistado nº 15	7	Feminino	Boa Esperança	2º ano	Nascida
Entrevistada nº 16	6	Masculino	Boa Esperança	1º ano	Nascida
Entrevistada nº 17	6	Feminino	Boa Esperança	1º ano	Nascida
Entrevistada nº 18	6	Feminino	Boa Esperança	1º ano	4 anos
Entrevistada nº 19	6	Feminino	Boa Esperança	1º ano	Nascida
Entrevistada nº 20	6	Feminino	Boa Esperança	1º ano	Nascida

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

O perfil dos alunos entrevistados diversifica-se quanto à faixa etária. O local de moradia dos entrevistados é uma das duas comunidades quilombolas em estudo. A escolaridade e o tempo de moradia no município também contribuíram para a pesquisa, pois alguns entrevistados moram há pouco tempo nas comunidades, o que permitiu uma visão de alguém que chegou e já tinha conceitos preestabelecidos, mesmo sendo filhos de pessoas nascidas nas comunidades. Entrevistamos alunos de 6 anos a 12 anos de idade, contemplando desde o 1º ano ao 5º ano fundamental I, adequando as formas de fazer à entrevista para melhor entendimento dos alunos e possibilitando abranger a percepção dos alunos como um todo, desde os que nasceram nas comunidades até os que moraram em outra cidade e atualmente são moradores das comunidades.

No que diz respeito ao sexo, foram entrevistados alunos do sexo masculino e feminino, e o local de moradia foi fundamental para o resultado da pesquisa, pois o



objetivo era entrevistar alunos moradores das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy.

Os questionamentos direcionados aos alunos entrevistados abordavam sobre os seguintes pontos: O que é ser quilombola para você? Você é quilombola? Por quê? Quem te explicou o que é comunidade quilombola? Seus familiares lhe contam histórias antigas sobre a comunidade? Quais? Você participa de algum projeto na sua escola? Na sua comunidade, existe algum evento cultural? É importante conhecer a história da sua comunidade? Por quê? De que maneira o conhecimento sobre a comunidade quilombola é trabalhado em sala de aula? Em quais disciplinas ocorrem esses ensinamentos sobre o que é ser quilombola? O que a escola tem feito para preservar as tradições, costumes e valores dessas comunidades?

O intuito foi conhecer a percepção dos alunos em relação ao trabalho ofertado pelas escolas das comunidades em estudo e a maneira como o aluno se posiciona em relação à comunidade em que mora, como ele se autoidentifica e recebe um ensino que se soma ao conhecimento de sua origem.

O primeiro questionamento foi o propósito do que é ser quilombola. Dos 20 entrevistados, 13 relataram que não sabe o que é ser quilombola e sete disseram que sabem, dos quais apenas três deram uma definição para quilombola, conforme relatou a Entrevistada nº 1: “É ser da raça negra e morar em Cacimbinha ou Boa Esperança” (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2020), demonstrando que tem conhecimento sobre a afirmação feita. Ser quilombola também é autorreconhecer-se como tal e, ao afirmar que é ser da raça negra e morar em uma comunidade, essa entrevistada reconhece que é parte de um quilombo devido às suas características e ao quilombo de que faz parte.

O segundo questionamento indagou sobre a autoidentificação, quando foi perguntado se o aluno era quilombola, e, se a resposta fosse afirmativa, explicar-se-ia o motivo de se considerar quilombola. Dos entrevistados, 15 responderam que sim, dois não souberam e três disseram não. Sendo possível identificar que, apenas com seis anos, mesmo conhecendo pouco sobre a história local, as crianças já se autointitulam quilombola, conforme afirmou o Entrevistado nº 6: “[...] sou porque nasci da raça negra [...]”, como também a Entrevistada nº 20: “Sim porque nasci aqui” (ENTREVISTADOS Nº 6 e 20, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Os entrevistados, em sua maioria, autointitulam-se como quilombola. Esse autorreconhecimento é fundamental, percebendo que, embora as escolas ainda

precisem melhorar em suas características físicas, o autorreconhecimento está presente nos alunos.

O terceiro questionamento indagou sobre quem explicou o que é comunidade quilombola. Dos entrevistados, nove responderam que foi a professora, seis responderam ninguém, quatro não souberam e um disse que foi a mãe. Percebe-se que existe um trabalho feito nas escolas que ainda não se tornou referência para um número de alunos.

A quarta pergunta indagou se os familiares contam histórias antigas sobre a comunidade. Nove alunos relataram que sim, como afirmou a Entrevistada nº 2: “Sim, que aqui morava os escravos” (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Percebe-se que a história das comunidades está presente em alguns lares como lembranças que devem ser compartilhadas. Onze entrevistados alegaram que não se fala sobre o passado. Falar sobre o passado histórico é de suma importância, pois impede que se percam as lembranças que não foram biografadas, cuja trajetória histórica foi sinônimo de luta e resistência para sobreviver, característica que tem se perdido ao longo dos anos. Dessa forma, repassar aos filhos o que se aprendeu com os pais é fundamental.

A quinta questão indagou sobre os projetos escolares com a temática quilombola. Dos 20 entrevistados, 17 alegaram não participar de projetos na escola, três alegaram participação, dos quais alguns informaram que são apresentações de consciência negra, consolidando as afirmações dos professores de que geralmente essa temática é trabalhada em novembro, conforme afirmou a Entrevistada nº 15: “[...] sim consciência negra” (ENTREVISTADA Nº 15, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

As escolas deveriam trabalhar com projetos que tratam da história das comunidades, como também do incentivo às tradições culturais. Apenas trabalhar uma semana de aula voltada a produções para a consciência negra não é suficiente para que esse aluno aprenda sobre suas raízes e tradições. Assim, preservar e conhecer a própria história é fundamental para que esse aluno entenda o meio em que está inserido.

A sexta questão indagou sobre a existência de evento cultural na comunidade. Treze disseram que sim, seis negaram e um não soube informar. A

Entrevistada nº 2 afirmou: “Sim. Eventos quilombolas, com apresentação de jongo” (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Considerando que há seis anos acontece uma festa na comunidade em reflexão ao 20 de novembro, como também encontros de comunidades quilombolas, é importante que as crianças participem desses eventos, e a cultura quilombola até o momento não está fazendo parte das atividades escolares, porque, quando se referiram aos eventos, os alunos não citaram nada que ocorresse na escola, mostrando que ainda existe uma superficialidade no trabalho dos professores em relação à organização de eventos culturais.

A sétima perguntou se é importante conhecer a história da sua comunidade: 16 afirmaram que é importante, três não e um não soube responder. Percebemos que muitos apresentaram curiosidades e viram a necessidade de um aprimoramento, conforme afirmou a Entrevistada nº 4: “Sim pra saber mais” (ENTREVISTADA Nº 4, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Conhecer a própria história é importante, não existe um povo sem história, porque é a história que permite entender a atualidade. Até os alunos entenderam que é importante conhecer a história das comunidades.

A oitava pergunta indagou sobre a maneira como o conhecimento da comunidade quilombola é trabalhado em sala de aula. Dos 20 entrevistados, 11 alegaram não saber que trabalha ou não e nove responderam que fazem conversas, rodas de conversas, explicações ou vídeos. A Entrevistada nº 20 explicou que “[...] a professora conversou, contou histórias, mostrou fotos e brincou com brincadeiras antigas e da África” (ENTREVISTADA Nº 20, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Percebemos que alguns professores tentam fazer um bom trabalho apesar das limitações encontradas no ambiente escolar. Entretanto, o tempo que os professores das escolas pesquisadas reservam para essa temática ainda não é o ideal, uma vez que a história local e a afro-brasileira são de ensino obrigatório como expõe a BNCC. Os professores precisam aprofundar o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, principalmente porque é um ensino obrigatório com base na Lei nº 10.639.

A nona pergunta indagou sobre as disciplinas em que ocorrem esses ensinamentos sobre o que é ser quilombola. Onze relataram não saber, quatro disseram em Português, três em História e dois em Matemática.

Ao considerar a História como uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo, investigando o que os homens fizeram, pensaram e sentiram, entende-se que o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo. Com as respostas dos alunos, foi perceptível que a disciplina História é pouco mencionada, demonstrando um desconhecimento sobre a disciplina que deveria abordar esse estudo.

A última pergunta questionou as ações da escola para a preservação das tradições, costumes e valores comunitários. Dezesseis relataram não saber ou que não fazem e quatro disseram que fazem eventos, conforme afirmou a Entrevistada nº 1: “[...] organizam eventos com comidas típicas e apresentações” (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Com base na resposta dos alunos, as escolas não desenvolvem ações para preservar as tradições, costumes e valores das comunidades, o que explica a falta de características físicas nas escolas. A escola deveria desenvolver projetos que contribuíssem para a preservação da história dessas comunidades, uma vez que ficou comprovado que os alunos se autorreconhecem e as comunidades foram reconhecidas pela fundação palmares.

A pesquisa de campo permitiu entender a necessidade de discutir propostas de melhorias para a educação das comunidades, em busca de direcionamentos e apoio didático para melhor desempenho de aprendizagem sobre a história local, considerando que a cultura está em constante desenvolvimento. Porém, a história é importante para humanidade, porque, através dela e dos aspectos socioculturais, se consegue entender a atualidade. As comunidades se autorreconhecem como exposto no segundo questionamento, porém ainda existem algumas mazelas a serem vencidas quando se trata de educação para as comunidades quilombolas, considerando que a educação é um instrumento que forma cidadãos com visão de preservar a identidade e fortalecer as tradições da cultura que são pertencentes, levando em conta que a LDB (Lei nº 10.639/03) torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Concluimos que é indispensável unir ações em prol da educação histórica das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, buscando formar cidadãos autônomos que conheçam e preservem sua história. Nesse intuito, percebe-se que o município oferta uma educação igualitária para todos os munícipes, as escolas localizadas dentro das comunidades quilombolas precisam trabalhar com mais

intensidade a história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental com ênfase na história local. Assim, como produto final, propomos um seminário (APÊNDICE C) com o objetivo de melhor preparar os professores que atendem alunos quilombolas, para trabalhar a história local e a cultura e história afro-brasileiras.

O seminário justifica-se pela necessidade de os alunos entenderem a história na qual estão inseridos. Para isso, os professores precisam ser mais bem preparados, para que busquem caminhos para trabalhar a disciplina História, contemplando o aluno como um todo e objetivando contribuir na discussão dos conteúdos expostos e na melhor aprendizagem dos alunos das comunidades quilombolas sobre as suas raízes, a fim de proporcionar um ambiente de trocas de conhecimentos para um ensino que possibilite ao aluno conscientização do porquê de ser quilombola, levantando questões que contribuam no empoderamento dos alunos. Com base nesse seminário, o professor conseguirá trabalhar com as comunidades, realizando um resgate da história das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, levantar material didático para ser usado em sala de aula, conscientizar os alunos acerca do conceito quilombola e do sentimento de pertencimento e facilitar a didática dos professores na criação de projetos e adequação do material didático.

O seminário será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e custeado pelo município, em forma de formação continuada obrigatória e ofertada a cada dois anos, no início do ano letivo. Esse período de dois anos é em virtude de a maioria dos professores ser contratada, o que implica a troca de professores a cada dois anos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas remetem a um espaço marcado por resistências e lutas, caracterizado pelo seu contexto social, cultural e político, carregando marcas de um passado cruel que não pode ser esquecido. O sentimento de pertença deve estar presente nos moradores remanescentes de quilombo, permitindo aos sujeitos que conheçam a história e cultura de seu povo, com liberdade de manter vivos as tradições e costumes de seus ancestrais.

As comunidades estudadas contam com duas escolas que ofertam educação infantil (pré) e ensino fundamental I, com um corpo total de 39 funcionários (diretores, professores, cuidadores, auxiliares, cozinheiras, serviços gerais e vigilantes) e 95 alunos. A estrutura das escolas é padronizada e a merenda de ótima qualidade.

Este trabalho, no que refere às questões educacionais, privilegiou a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, a Lei 10.639/2003 e a BNCC, considerando suas exigências e obrigatoriedade de ensino, levando em conta que a escola não é a única instituição responsável pela difusão do conhecimento e da formação de consciência, porém tendo em vista a existência da obrigatoriedade em falar da África e história afro-brasileira nas escolas e de trabalhar a história local e respeitando a diversidade social, econômica, cultural e política em que cada indivíduo está inserido.

Tentamos, ao longo do processo, dialogar, de forma clara, com nossos entrevistados (público-alvo). É fundamental destacar a falta de projetos educacionais nas comunidades, uma vez que o município tem condições financeiras devido à arrecadação petrolífera.

Percebe-se que a educação nas escolas constituídas em comunidades quilombolas de Presidente Kennedy ocorre sem características do meio em que elas estão inseridas, visto que não existem características próprias nas escolas. Mesmo que o sentimento de pertença esteja presente nos alunos, isso não é suficiente para conhecer a história de um povo – o povo negro faz parte da construção de um país, a qual deve ser disseminada para o conhecimento de todos, principalmente dos herdeiros das mazelas da escravidão.

Considerando este contexto, o estudo teve por problema a seguinte questão: Quais experiências são evidenciadas pelos alunos das escolas quilombolas para

que eles tenham noção de pertencimento a uma comunidade remanescente? Como resposta, obteve-se que as experiências escolares ainda são minoritárias na soma da noção de pertencimento dos alunos. Conforme relatam alguns professores, há falta de material didático, conhecimento dos profissionais educadores e cobrança no currículo escolar que geralmente se fale sobre comunidade quilombola na consciência negra, o que deveria ser uma data de reflexão visível. Os alunos se afirmam quilombolas devido à noção de pertencimento passada pelos familiares e às afirmações diárias das comunidades que moram, apesar de faltar aprendizagem sobre o porquê desse pertencimento.

Enquanto o objetivo geral pretendeu diagnosticar o ensino disponibilizado aos alunos nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES, verificando se ele possibilita aos escolares ter a noção de pertencimento como remanescentes de comunidade quilombola, os objetivos específicos visaram: situar o que é comunidade quilombola, como também a escravidão no Espírito Santo; verificar como os professores trabalham com os conteúdos da disciplina História na busca da valorização da história local; buscar formas que contribuam para os alunos preservarem a história de suas comunidades; verificar quais conteúdos são trabalhados na escola, de forma que contemplem a preservação da cultura quilombola. Esses objetivos foram atingidos com supremacia, pois possibilitaram responder ao problema e sugerir a proposta de intervenção.

Assim, sugere-se um seminário para somar ao conhecimento dos professores das comunidades, a cobrança do setor responsável que se trabalhe os conteúdos que diz respeito a história afro-brasileira e local com mais intensidade, no intuito de fortalecer o conhecimento das tradições e cultura quilombola, levando para dentro da escola as características das comunidades, os somadores da história local e cabendo ao poder público abrir caminhos para a construção de um acervo local para melhor desempenho no trabalho dos professores munícipes ou não. Considerando que ainda faltam material didático e caminhos para direcionar os trabalhos do professor, propõe-se a realização de seminários, por meio dos quais se montem oficinas para o direcionamento do trabalho do professor, o que vai se somar ao conhecimento e à noção de pertencimento dos alunos que, em sua maioria, já se autointitulam como quilombolas.

Concluimos que, em uma sociedade ativa em transformação histórica e cultural, que ocorre com o passar dos anos, a necessidade das pessoas, cercada,

em parte, por diversas injustiças históricas, como o caso dos quilombos, exige a demanda constante por entender o contexto e manter as tradições e batalhas por direitos individuais e coletivos.

A identidade está viva, sendo vivida no cotidiano dos moradores, na rotina da luta diária por sobrevivência, na permanência de aspectos comuns da vida quilombola. E, para a proteção dessa vivência, deveriam atuar os organismos federais, estatais, municipais e a sociedade civil. Assim, a escola ainda aparece como a interlocutora mais adequada para disseminar informações sobre o processo de formação histórica das comunidades quilombolas, um local de troca, onde instituição e comunidade deveriam dialogar em busca de um entendimento comum sobre o assunto.

Diante disso, desejamos que a educação quilombola seja prática prioritária nas comunidades quilombolas; o profissional que vai desenvolver trabalhos nos quilombos seja valorizado e receba qualificação para melhor atender os alunos e desenvolver seu trabalho; que os professores moradores das comunidades quilombolas auxiliem os professores que não conhecem as comunidades.

Além do mais, constatamos que a população negra no Brasil ainda sofre algumas mazelas, precisando de visibilidade e de acesso aos direitos previstos em lei. A educação é o caminho para que essas mazelas sejam rompidas, e o negro só vai entender o presente e ter condições de escolher o seu futuro se conhecer suas raízes.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de História Colonial (1500-1800):** Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. 5. ed. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
- ALMADA, V. P. F. **Escravidão e Transição:** o Espírito Santo 1850/1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: Fundação Cultural Palmares. Quilombos no Brasil. **Revista Palmares**, n. 5, 2002.
- ALMEIDA, J. S. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, fev. 1996. p. 71-78.
- ALMEIDA, K. L. N. **Alforrias em Rio de Contas**, século XIX. Salvador, 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.
- ALMEIDA, W. L.; PAULA, J. L. O. Sobre a adoção da escravidão africana no Brasil. **CES Revista**, Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <[https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2006/escravidao\\_africana\\_no\\_brasil.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2006/escravidao_africana_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO, A. **Quilombolas – tradições e cultura da resistência.** Aori Comunicações. São Paulo: Petrobras, 2006.
- ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997. p. 7-38.
- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TORRE DE TOMBO. **História.** Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=210>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BARRETO, M. N. S. **Identidade e cultura dos remanescentes quilombolas de Helvécia-BA:** um olhar a partir de relatos orais. 2019. 77 f. (Dissertação de Mestrado) – Programa em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento, Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES. 2019.
- BOSI, A. **Dialética da colonização.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRASIL. **Base comum nacional.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/7.\\_Orienta%C3%A7%C3%B5es\\_aos\\_Conselhos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/7._Orienta%C3%A7%C3%B5es_aos_Conselhos.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, 10 jan. 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fundação Palmares**. Disponível em: [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br). Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Ministério da Educação e do Deporto: Secretaria da Educação Fundamental; Brasília, 1997.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola promove a cidadania das comunidades**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/programa-brasil-quilombola-promove-a-cidadania-das-comunidades-no-brasil>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola: diagnósticos de ações realizadas**. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, 2012.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Londrina: Revista Nera, 2017.

CARDOSO, C. F. S. **O trabalho na colônia**. In: LINHARES, M.Y. L. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. p. 100-122.

FURTADO, M. B.; SUCUPIRA, R. L.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. Universidade de Brasília, UNB. Brasília-DF. 2014.

GAMA, A. M. **O Direito de Propriedade das Terras Ocupadas pelas Comunidades Descendentes de Quilombos**. Procurador Federal em exercício na Fundação Cultural Palmares, Brasília. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, F. S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOOGLE. **Mapa do Espírito Santo**: localização do município Presidente Kennedy. 2020. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Mapa+do+Esp%C3%ADrito+Santo:+localiza%C3%A7%C3%A3o+do+munic%C3%ADpio+Presidente+Kennedy&sxsrf=ALeKk00WbS6CE2GfIAE1aqIHnB4XAxP7wA:1587640190248&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=zt>>

78KXrqBEZNWM%253A%252CD6pgok8lqBiJNM%252C\_&vet=1&usg=AI4\_-kRbTFOTPKWBRyEAbV3v4qeZMDlrEQ&sa=X&ved=2ahUKEwj4k8jMtP7oAhXwHbkGHWZIA9MQ9QEwCHoECAoQDQ#imgrc=zt78KXrqBEZNWM>. Acesso em: 09 abr. 2020.

INSTITUTO IDENTIDADES BRASIL. **Estatuto da igualdade social**. Disponível em: <[http://simaigualdaderacial.com.br/site/?mergulhe\\_no\\_tema=lorem-ipsum-dolor-sit-amet-teste-de-nova-area](http://simaigualdaderacial.com.br/site/?mergulhe_no_tema=lorem-ipsum-dolor-sit-amet-teste-de-nova-area)>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEITE, I. B. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Atlas, 1986.

MACIEL, C. **Negros no Espírito Santo**. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MATTOS, H. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, dez./fev. 2005-2006. p. 104-111.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDES, J. F. A. **Etnodesenvolvimento, assistência técnica e extensão rural: o caso do quilombo de Monte Alegre – Cachoeiro do Itapemirim-ES**. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

MERLO, P. M. S. **O Nó e o ninho: Estudo sobre a Família Escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. 2008. 232 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, C. **Quilombos, resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Editora Global, 2006.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Estatuto do movimento negro unificado**. Disponível em: <<https://mnu.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNES, R. D. L. Africanos na Província do Espírito Santo: população escrava e tráfico ilegal. **Dimensões**, v. 43, jul./dez. 2019. p. 63-83.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, 2007.

OSÓRIO, C.; BRAVIN, A.; SANTANA, L. A. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

PRADO, J. F. A. **Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)**. São Paulo: Nacional, 2002.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SANTANA, C. E. C. **Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas-BA**. Salvador. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2005.

SANTOS, A.; DOULA, S. M. Políticas Públicas e Quilombolas: questões para debate e desafios à Prática Extensionista. **Revista Extensão Rural**, ano XV, n. 16, jul./dez. 2008. p. 67-83.

SANTOS, S. R. **Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. 2012. 197 f. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: Age, 2006.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perfil:

Idade:

Sexo:

Local de moradia:

Escolaridade:

Quanto tempo trabalha no município?

---

Perguntas básicas da entrevista:

1 - O que é ser quilombo para você?

---

2 – Você sabia que iria trabalhar em uma comunidade quilombola?

---

3 – Quais os conteúdos curriculares trabalhados na disciplina História que contempla a comunidade quilombola? Geralmente quando são ofertados?

---

4 – A escola possui material didático para somar ao conhecimento dos alunos sobre a comunidade que estão inseridos?

---

5 – A escola possui projetos que contribuam para o entendimento dos alunos sobre suas raízes?

---

6 – Você repassa valores da comunidade para os seus alunos? De que forma?

---

7 – Você acha que a cultura quilombola está presente nos seus alunos? Como você consegue identificar?

---

8 – Qual a sua opinião sobre a preservação da cultura dessa comunidade?

---

9 – O que a escola tem feito para preservar as tradições, costumes e valores dessas comunidades?

---

10 – Na sua opinião, como a escola e o município poderiam contribuir para melhorar a educação quilombola e, conseqüentemente, preservar a história desse povo?

---

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Perfil:

Idade:

Sexo:

Local de moradia:

Escolaridade:

Quanto tempo mora no município?

---

Perguntas básicas da entrevista:

1 - O que é ser quilombola para você?

---

2 – Você é quilombola? Por quê?

---

3 – Quem lhe explicou o que é comunidade quilombola?

---

4 – Seus familiares lhe contam histórias antigas sobre a comunidade? Quais?

---

5 – Você participa de algum projeto na sua escola?

---

6 – Na sua comunidade existe algum evento cultural?

---

7 – É importante conhecer a história da sua comunidade? Por quê?

---

8 – De que maneira o conhecimento sobre a comunidade quilombola é trabalhado em sala de aula?

---

9 – Em quais disciplinas ocorrem esses ensinamentos sobre o que é ser quilombola?

---

10 – O que a escola tem feito para preservar as tradições, costumes e valores dessas comunidades?

---



## **APÊNDICE C – PROPOSTA**

### **SEMINÁRIO MUNICIPAL SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

#### **1. Apresentação da proposta**

As comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, durante muitos anos, foram e ainda são alvo de discriminação, resquício de uma desigualdade econômica e social que marca toda a história do Brasil. As escolas locais, durante muitos anos, foram tachadas como problemáticas, nas quais os professores só trabalhavam em último caso. Ao falar em remanescente de escravos, pontos negativos são ressuscitados, pois, além de sofrerem com a desigualdade social em si, eram submetidos à exploração e aos maus-tratos, o que marcou o imaginário social de toda uma nação que, por muito tempo, viu, por muitos anos, o negro como marginalizado vivenciando sob o escudo da inexistência da cidadania e dos direitos.

A pesquisa realizada mostrou que, embora o município ofereça uma educação igualitária, as escolas localizadas dentro das comunidades quilombolas precisam trabalhar, com mais intensidade, a história e cultura afro-brasileiras, como também a história local.

As escolas são muito bem acompanhadas, mas, ao se tratar da história de que eles fazem parte, que foi herança de um passado de lutas e resistência, muito é preciso apreender, e o caminho para esse conhecimento é a escola. Considerando as necessidades relatadas pelos professores, muito ainda precisa ser feito.

No intuito de contribuir na discussão dos conteúdos exposto e melhor aprendizagem dos alunos das comunidades quilombolas sobre as suas raízes, surgiu a ideia de organizar um evento em forma de um seminário, para proporcionar um ambiente de trocas de conhecimentos para um ensino que possibilite ao aluno a conscientização do porquê de ser quilombola, levantando questões que contribuam para o empoderamento dos alunos e colaborando para que a tradição quilombola passe de geração em geração e se eternize na sociedade brasileira, valorizando essa cultura que é muito importante para a história do Brasil.

## **2. Objetivos**

- Realizar um resgate da história das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy.
- Levantar material didático para ser usado em sala de aula.
- Direcionar os professores para conscientizar os alunos acerca do conceito quilombola e do sentimento de pertencimento.
- Levantar meios que facilitem a didática do professor.
- Criar projetos pedagógicos que possibilitem o fortalecimento da cultura local.
- Verificar, na Secretaria Municipal de Educação, a possibilidade de inserir a história local no material didático adotado pelo município.

## **3. Proposta**

O Seminário municipal sobre a educação quilombola possui o principal intuito de contribuir na didática dos professores das escolas quilombolas, de modo a somar com os conhecimentos prévios dos alunos e possibilitar caminhos para professores que, em sua maioria, não são do município, possibilitando o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a preservação da história dos remanescentes quilombolas.

- Mobilizar autoridades, educadores de modo geral, lideranças, autoridades políticas locais, educadores e alunos sobre os valores culturais quilombolas.

## **4. Temas a serem abordados no seminário**

- A educação para o fortalecimento da identidade quilombola – Elson Alves da Silva
- Formação de professores de comunidades remanescentes de quilombos – Adriana Neves da Silva
- Comunidades quilombolas do Brasil: desafios e perspectivas – Carmélia Aparecida Silva Miranda
- Oficina: Ana Luiza de Souza

## 5. Ações propostas

- O Seminário contará com a participação de palestrantes renomados nas áreas dos temas a serem abordados.
- Serão convidados todos os professores, coordenadores e auxiliares das Escolas das Comunidades Quilombolas de Presidente Kennedy.
- Na programação, haverá apresentações culturais da própria comunidade.
- Durante o evento, haverá *banner* para a exposição dos eventos que aconteceram nas comunidades.
- Para falar da história da comunidade, serão convidados os moradores mais antigos e representantes comunitários, para em conjunto proporem projetos que possam ser desenvolvidos nas escolas.

## 6. Programação

Dia:

8h – Credenciamento

9h – Abertura – Composição da mesa com autoridades presentes.

9h30 – Apresentação cultural: dança do jongo “Mãe África Pátria Amada Brasil”.

10h – 1ª palestra – A educação para o fortalecimento da identidade quilombola.

Palestrante: Elson Alves da Silva.

11h – Mesa-redonda: Cultura das comunidades locais.

Convidados: Ezenilda, Tânia, Efigênia, Leonardo e Cláudia.

12h – Almoço

13h – Exposição dos *banners*

14h – Apresentação cultural – Grupo de Capoeira

15h – 2ª palestra – Formação de professores de comunidades remanescentes de quilombos. Palestrante: Adriana Neves da Silva.

16h – 3ª palestra: Comunidades quilombolas do Brasil: desafios e perspectivas.

Palestrante: Carmélia Aparecida Silva Miranda.

17h – Elaboração de projetos e oficina: Ana Luiza de Souza

18h – Encerramento